



UC/FPCE_2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais em torno da violência conjugal:
estudo exploratório junto de mulheres vítimas**

Patrícia Garcia Mano (e-mail: patriciagmano@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (subárea de
especialização Psicologia Forense) sob a orientação de Professora
Doutora Madalena Alarcão

Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo exploratório junto de mulheres vítimas.

Resumo: Nos últimos anos, a violência conjugal tem ganho um maior destaque, sendo hoje encarada como um problema de saúde pública. A pertinência do estudo das representações que as mulheres vítimas de violência conjugal fazem acerca da mesma decorre da necessidade de perceber como a encaram, quais consideram ser os aspectos que mais contribuem para a sua emergência e manutenção ou, pelo contrário, para a sua resolução. Alguns estudos têm já sido realizados com profissionais e estudantes e, embora se registre uma crescente diminuição da legitimação da violência, parecem ainda subsistir alguns indicadores de que, mesmo ao nível da representação, há situações ou comportamentos de violência que ainda são relativamente aceites.

Neste estudo aplicou-se um protocolo que incluiu o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QVC-HIS), a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e o Questionário de Violência Conjugal - Causas, Manutenção e Resolução (QVC- CMR). A amostra integra 54 mulheres vítimas de violência conjugal, 29 acolhidas em casa-abrigo e 25 em acompanhamento em instituições de apoio à vítima. Os resultados revelaram que de, uma forma geral, as mulheres não parecem ser susceptíveis à banalização da violência conjugal e, como tal, tendem a não a legitimar. Contudo, parece que a violência perpetrada pelo sexo feminino e por indivíduos mais velhos tem tendência a ser mais desculpabilizada. A nível das causas, as mais apontadas prendem-se com o comportamento e/ou vivências do agressor. Os factores de manutenção mais referidos são a ausência de denúncia e a falta de conhecimentos sobre os direitos da vítima. Finalmente, os factores de resolução mais apontados são a protecção da vítima e dos seus filhos, a sensibilização/educação dos jovens na escola e a estimulação da denúncia. As duas amostras não apresentam diferenças com significado estatístico.

Palavras-chave: violência conjugal; representações sociais; vítimas, causas; factores de manutenção; factores de resolução.

Social representations of conjugal violence: Exploratory study with female victims.

Abstract: In recent years, violence in conjugal relationships has gained greater prominence and is nowadays viewed as a public health problem. The relevance in studying the representations that women victims of conjugal violence make about it stems from the need to understand how they envisage it, which aspects they consider to be main contributors for its occurrence and maintenance or, alternatively, for its resolution. Some studies have already been carried out with professionals and students, and although there has been a steady decrease of the legitimation of violence, there seem to exist still some indications that even at the level of representations, there are violent situations or behaviors that remain relatively accepted.

In this study we applied a protocol that included the Violence Conjugal Questionnaire - Stories (QVC-HIS), the Belief Scale of Marital Violence (ECVC) and the Questionnaire of conjugal Violence - Causes, Maintenance and Resolution (QVC-CMR). The sample includes 54 women victims of conjugal violence, 29 placed in shelters and 25 in attendance at victim support institutions. The results revealed that, in general, women do not seem to be susceptible to trivialization of conjugal violence and, as such, tend to not legitimize it. However, it seems that violence perpetrated by females and older individuals tend to be more excused. Etiologically, the most quoted causes relate to the behavior and / or experiences of the assailant. The most mentioned maintenance factors are the absence of complaint and lack of knowledge about the rights of the victim. Finally, the most mentioned resolution factors are the protection of victims and their children, awareness / education of youth in school and stimulation of the complaint. The two samples do not differ in a statistically significant matter.

Key Words: conjugal violence; social representations; victims; causes; maintenance factors; resolution factors.

Agradecimentos

Quero deixar os meus sinceros agradecimentos,

À Professora Doutora Madalena Alarcão, pelos ensinamentos, pela disponibilidade, pelas críticas construtivas e por toda a dedicação que sempre mostrou.

Aos três “pilares” da minha vida, os meus pais e o meu irmão que me deram sempre todo o amor e apoio incondicional para que eu realizasse os meus sonhos.

Ao António pelo carinho e pela paciência que tem sempre comigo.

Às amigas que Coimbra me trouxe, a Ana, a Joana, a Jolente, a Margarida e a Silvana, que são o que de mais bonito levo desta cidade.

Aos amigos com quem tenho sempre podido contar, a Ana, a Daniela, a Eliana, a Joana, o Ricardo e a Tânia, vocês tornam a minha vida muito mais colorida.

À Dr^a Natália Cardoso e à Dr^a Sónia Santos pela forma como que me acolheram e transmitiram os seus conhecimentos.

A todos os técnicos e utentes das Instituições onde decorreu a recolha da amostra e que, ao tomarem parte na amostra tornaram este trabalho possível.

Índice

Introdução	1
I Enquadramento Conceptual	2
1.1. Violência Conjugal	2
1.1.1. Conceito.....	2
1.1.2. Multicausalidade da violência conjugal.....	3
1.1.3. Tipos de violência conjugal	4
1.1.4. Intervenções terapêuticas com vítimas de violência conjugal	5
1.2. Representações sociais.....	8
1.2.1. Conceito e suas implicações no comportamento	8
1.2.2. Representações sociais e violência conjugal.....	9
II - Objectivos.....	10
III - Metodologia	11
3.1. Amostra.....	11
3.2. Instrumentos.....	13
3.2.1. Questionário de violência conjugal -Histórias	13
3.2.2. Escala de crenças sobre violência conjugal	14
3.2.3. Questionário de violência conjugal – Causas, Manutenção e Resolução.....	14
3.3. Procedimentos estatísticos	15
IV - Resultados	16
4.1. Representações sociais sobre violência conjugal.....	16
4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal.....	17
4.3. Variáveis socio-demográficas e representações sociais sobre violência conjugal.....	18
V - Discussão	19
VI - Conclusões.....	23
Referências bibliográficas	25
Anexos	29

Introdução

Habitualmente, associa-se a família a sentimentos que vão do amor ao bem-estar, passando pelo carinho e pela segurança, considerando-a como o espaço onde apraz chegar depois de um dia de trabalho. No entanto, por vezes passa-se o oposto e a família deixa de ser um “porto de abrigo” para tornar-se um local que alberga medos, impotências, retaliações, passando a ser um espaço onde a violência acontece (Portugal, 2003).

O fenómeno da violência doméstica não é, certamente, novo. Mas, apesar de ter vindo a ser largamente debatido, a sua definição está longe de ser consensual, “pois existem tantas definições como os autores que estudam esta problemática” (Casimiro, 1998, cit. in Dias, 2004, p.33).

“As mulheres fazem parte do grupo de pessoas historicamente mais agredidas no seio da família. O facto de, durante séculos, possuírem um baixo estatuto social, transformou-as em vítimas “naturais” de várias imposições incluindo a da violência” (Dias, 2004, p.34). A importância conferida ao homem, pelas sociedades patriarcais, tem autorizado, por intermédio de uma clara tolerância social, o exercício de um poder muitas vezes abusivo e danoso para quem dele é alvo. Por outro lado, se “ (...) a privatização do espaço doméstico contribuiu para a difusão de uma imagem idealizada da família, feliz e harmoniosa, onde não há lugar para agressões” (Portugal 2003, p. 205), contribuiu também para a ideia de que “entre homem e mulher não se deve meter a colher”.

A violência conjugal é considerada, actualmente, um problema de saúde pública, atingindo directa ou indirectamente toda a sociedade e acabando por acarretar altos custos não só para as vítimas mas também para a sociedade em geral. O debate que, sobre esta temática, tem ocorrido nos últimos anos, o conjunto de medidas que têm marcado as políticas de promoção da igualdade de género e o carácter público que, desde 2000, passou a ter o crime de violência doméstica, em Portugal, são aspectos que têm sensibilizado a opinião pública para uma menor tolerância face a situações desta natureza e para uma maior sinalização das mesmas.

Apesar de ser unanimemente considerado que os casos conhecidos são apenas uma parte de todas as situações de violência que ocorrem no seio da família, as estatísticas mostram que este é um fenómeno com uma expressão considerável. A APAV, em 2009, registou 6.682 vítimas de violência doméstica, sendo que 88% das vítimas eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (41.9%); o agressor é maioritariamente do sexo masculino (84%). O tipo de violência mais reportada é a violência psíquica (35%), seguida da física (29%) e das ameaças (20.3%) (APAV, 2010).

No relatório sobre as ocorrências de violência doméstica participadas às Forças de Segurança, em 2009, foram registadas 30543 participações, 18998 pela PSP (62,2%) e 11545 pela GNR (37,8%), o que representa um aumento de 10,1% relativamente ao ano anterior e uma média de 2545 participações mensais e 84 queixas diárias. A maioria das vítimas é do sexo feminino (85%), com uma idade média de 39 anos, e o agressor é,

na sua maioria, do sexo masculino (88%), com uma idade média de 40 anos. A intervenção policial ocorreu geralmente a pedido da vítima (77%) (DGAI, 2010).

Embora possam ser variados os factores que explicam as razões pelas quais muitas mulheres se mantêm, por tempos mais ou menos prolongados, em relações violentas, o conhecimento da forma como representam a violência conjugal, na sua determinação, manutenção e possibilidades de resolução, bem como do grau em que a legitimam, afigura-se pertinente quando se pretende desenvolver trabalho de prevenção primária (no sentido da sensibilização para a não ocorrência de interações violentas) ou de prevenção secundária (ajuda a vítimas de violência conjugal).

O estudo da representação que as vítimas de violência conjugal têm sobre este fenómeno poderá, assim, abrir novos horizontes na medida em que, conhecendo as suas representações, poderão encontrar-se formas mais ajustadas de ajudar as vítimas e as suas famílias a transformar comportamentos e interações que possam propiciar o aparecimento e manutenção da violência conjugal.

I – Enquadramento conceptual

1.1. Violência Conjugal

1.1.1. Conceito

“O fenómeno da violência doméstica tem sido construído à medida que é revelado. Ele não é certamente um fenómeno novo nas nossas sociedades, no entanto, só recentemente, à medida que novos olhares o vão desvendando, se tem transformado num problema social e começado a ser alvo de preocupações e políticas públicas” (Portugal, 2003, p.202). A violência doméstica engloba não só a violência conjugal mas também a violência contra idosos, contra crianças e a violência no namoro.

Segundo Matos (2005, p.160), “os maus tratos conjugais definem-se como um conjunto de condutas de carácter abusivo perpetrado de forma intencionalizada sobre o cônjuge, podendo envolver acções violentas e não-violentas (e.g., actos, verbalizações, omissões). Assumem o propósito de dominar a vítima, de lhe infligir deliberadamente dano, induzir medo, fazê-la sentir-se subordinada, desvalorizada e incompetente”. Com frequência, “a violência conjugal engloba todas as situações de abuso, que ocorrem, de forma cíclica e com intensidade crescente, entre os cônjuges” (Alarcão, 2002, p. 305).

A violência conjugal envolve, pois, maus tratos físicos, violência psicológica e abuso sexual. Este último, particularmente quando ocorre entre parceiros unidos por um vínculo matrimonial, tende a ser mais legitimado ou nem sequer assumido como uma forma de violência. No entanto, constituem abuso “ (...) os actos sexuais – cópula, sexo anal, oral, utilização de objectos – cometidos sem o consentimento da mulher e/ou contra a sua vontade através da força física, ameaça de força contra ela ou uma terceira pessoa ou de dano implícito (baseado em experiências prévias, desencadeando na mulher o medo de que a força física será usada se ela resistir), quando o perpetrador é o marido ou ex-marido da vítima” (Mahoney, 1999, 2000, cit.

in Pereira, Matos & Machado, 2006, p.120). De acordo com Matos (2000, cit. in Machado & Matos, 2007, p.210), “ (...) os maus tratos psicológicos [são] aqueles que as mulheres frequentemente percebem como mais graves, por se dirigirem directamente ao seu sentido de identidade e valor pessoal”.

1.1.2. Multicausalidade da violência conjugal

Na compreensão das causas que podem despoletar a emergência da violência conjugal são frequentemente apresentados factores de natureza individual (e.g. psicopatologia das vítimas), sociológica (e.g. pobreza, exclusão), familiar (e.g. tensões familiares) ou mesmo a interacção entre diferentes factores (e.g. teorias ecológicas).

As perspectivas intra-individuais colocam o foco nas características do agressor e da vítima. Vários factores têm sido apontados como causas, de entre as quais se destaca a dependência do álcool ou de outras substâncias, nos agressores. Segundo Doerner e Lab (1995), alguns estudos referem que cerca de metade dos agressores consome álcool em excesso (cit.in Matos, 2002), embora seja importante referir que a violência conjugal existe mesmo na ausência de álcool ou drogas (Campbell & Landerburger, 1995, cit.in Matos, 2002). Outro dos factores apontados prende-se com a psicopatologia do agressor e/ou da vítima, embora seja salientada a sua pouca expressão relativamente à população geral (Alexander, 1993, cit. in Matos, 2002). As explicações baseadas na psicopatologia das vítimas têm sido alvo de variadas críticas na medida em que culpabilizam a vítima e desculpabilizam o agressor (Branco, 2007; Matos, 2002). De acordo com Matos (2002), o comportamento do agressor pode explicar-se pelo facto de ele não conseguir encontrar estratégias pessoais que lhe permitam orientar as suas emoções (e.g., raiva, frustração) de forma mais aceitável, sem que tenha de recorrer à violência (Matos, 2006).

As perspectivas familiares “ sustentam que a fonte da violência e a explicação para o comportamento daqueles que são vitimados se localizam nas interacções [que se estabelecem entre eles] ” (Campbell & Landerburger, 1995, cit.in Matos, 2002, p. 93). Uma das teorias enquadrada nesta perspectiva é a da troca e do controlo social segundo a qual “(...) o comportamento é governado pelo princípio dos custos e recompensas. A violência é usada quando as recompensas são superiores aos custos” (Portugal, 2003, p.211). A teoria intergeracional da violência, por seu turno, sublinha a importância da aprendizagem social e preconiza que crianças expostas a modelos parentais violentos terão mais probabilidade de virem a ser agressoras (Matos, 2002, 2006). Contudo, vários estudos criticam esta teoria pois não encontraram “ (...) qualquer relação positiva entre a presença de violência na família de origem e a experiência de vitimação marital feminina.” (Holtzworth-Munroe e colaboradores, 1997, cit.in Matos, 2006).

As perspectivas sociológicas, realçando o peso ainda actual da estrutura patriarcal, referem que “...a violência é justificada pela premissa de que os homens reconhecem o seu poder e autoridade sobre as mulheres, e o uso da força é uma forma através da qual esse domínio masculino se

mantém” (Sugarman & Frankel, 1996 cit.in Matos, 2002). As teorias feministas são defensoras acérrimas de que as diferenças de género e de que a supremacia atribuída aos homens, pelas sociedades patriarcais, explicam a emergência e manutenção da violência conjugal (Portugal, 2003). Neves (2008), contudo, salienta a importância de desconstruir a crença num pretense estatuto de subordinação das mulheres, em relação aos homens, embora considere que a “*desprivatização* da violência familiar” foi um forte contributo dos movimentos feministas nessa direcção. As perspectivas sociológicas realçam ainda o peso que condições ambientais adversas (e.g., pobreza, desemprego, isolamento social, violência comunitária) podem ter na emergência da violência conjugal.

As teorias ecológicas, alargando o seu foco de análise “propõem uma abordagem a partir de diferentes níveis ecológicos: o individual, o das relações familiares e o das relações com outros sistemas extrafamiliares, colocando ênfase nos níveis de pressão experimentados pela família” (Portugal, 2003).

1.1.3. Tipos da violência conjugal

A violência conjugal pode, como já foi referido, assumir diferentes formas. Tradicionalmente a sua diferenciação faz-se em função do dano produzido, distinguindo-se o abuso físico (tentativa de provocar algum tipo de dano físico, em outrem), sexual (coacção de outrem para manter relações sexuais ou praticar qualquer tipo de acto sexual) e psicológico/emocional (dano na auto-estima ou identidade de outrem, a partir de um padrão de comunicação verbal/não verbal desqualificador e/ou amedrontador).

Outros autores, porém, tipificam a violência conjugal em função do tipo de interacção existente entre os “actores” da violência (Perrone & Nanini, 1997) ou do tipo e direcionalidade do controlo exercido (Johnson, 2000). Johnson (2005) considera que não é aceitável que continue a falar-se de violência conjugal como se de um fenómeno homogéneo se tratasse quando, na realidade, ele assume diferentes configurações e valores. Esta indiferenciação pode explicar a razão pela qual a investigação reporta resultados diferentes a propósito do estudo da violência conjugal. Com efeito, não é possível comparar vítimas que experienciam terrorismo íntimo com pessoas que experienciam violência comum de casal (Johnson, 2001, 2005).

Focalizando a atenção nos padrões comunicacionais entre parceiros, Perrone e Nanini (1997) distinguem dois tipos de violência: a *violência agressão* e a *violência castigo*. A violência agressão é típica de interacções simétricas, em que ambos os intervenientes assumem uma posição igualitária que acaba por despoletar a agressão. O pedido de ajuda surge quando os parceiros param para pensar, se confrontam com as consequências da sua violência e sentem culpa, procurando, então, criar as condições para que a mesma possa desaparecer. Na violência castigo, um dos parceiros assume-se como superior (posição *one-up*), considerando o outro como merecedor de castigos; o indivíduo em posição *one-down* aceita-os. Nestas situações, o pedido de ajuda tende a surgir apenas quando o elemento *one-down* já não

consegue aguentar mais a situação.

Johnson, com base na direccionalidade da agressão e nos padrões de controlo do(s) membro(s) violento(s), distingue entre violência comum de casal, terrorismo íntimo, resistência violenta e controlo violento mútuo. A *violência comum de casal* “ surge no contexto de um argumento concreto em que um ou ambos os parceiros se agridem fisicamente” (Johnson & Ferraro, 2000, p. 949). Este tipo de violência surge mais frequentemente em amostras da população geral, não sendo, muitas vezes, a agressão sentida como violência. Tendo um prognóstico positivo, a terapia de casal pode constituir uma resposta terapêutica eficaz (Johnson, 2001). O *terrorismo íntimo* envolve um maior número de agressões que se vão agravando no tempo. “A violência é motivada pelo desejo de exercer controlo sobre o outro” (Johnson & Ferraro, 2000, p. 949) e é geralmente mais perpetrada por homens (Johnson, 2001). Inclui diferentes tipos de comportamentos violentos (e.g., violência física, ameaças, isolamento), pode acarretar consequências severas (e.g., Perturbação de Stress Pós-Traumática) e envolver um número significativo de tentativas de separação do cônjuge abusado. A intervenção deve, desde logo, assegurar a segurança da mulher e parece mais adequada e eficaz quando dirigida a cada um dos parceiros individualmente (Johnson, 2001). A *resistência violenta* é mais habitualmente perpetrada por mulheres e é utilizada como forma de resposta ao terrorismo íntimo, não significando contudo que esta seja uma resposta de “auto-defesa” (Johnson, 2005). No *controlo violento mútuo* ambos os parceiros são controladores e violentos, pretendendo cada um exercer o controlo sobre o outro. Este padrão parece ser raro e ainda se sabe muito pouco sobre ele (Johnson & Ferraro, 2000). Johnson considera que os três maiores tipos de violência são o terrorismo íntimo, a resistência violenta e a violência comum de casal. Alerta para a importância de especificar o tipo de violência para que a investigação não seja reportada a situações de terrorismo íntimo quando são fundamentalmente abordadas situações de violência comum de casal, como acontece em muitas investigações suportadas pelo modelo feminista (Johnson, 2005, p. 1127).

1.1.4. Intervenções terapêuticas com vítimas de violência conjugal

As respostas terapêuticas a disponibilizar a vítimas de violência conjugal deverão ser distintas em função do tipo de violência e da manutenção ou não da relação conjugal.

De acordo com Perrone e Nanini (1997), é importante que, antes mesmo da definição e planificação da intervenção, se proceda ao diagnóstico do tipo de violência em causa, pois o tratamento será diferenciado consoante se trata de violência castigo ou de violência agressão e em função das estratégias utilizadas. Na violência agressão, o recurso a estratégias de evitamento pode levar um dos parceiros a aceitar a superioridade do outro colocando-se em posição *one-down*, como pode conduzir a que um deles saia de casa, sempre que está eminente uma agressão, ou a que peçam ajuda a vizinhos, amigos para evitar a violência. Na violência castigo, o recurso à

estratégia de evitamento pode fazer emergir respostas como a procura de alianças no exterior ou o pedir perdão ao companheiro violento. As estratégias de resolução, iguais em ambos os tipos de violência, podem consubstanciar-se, por exemplo, na interiorização da lei, na metacomunicação ou na modificação do sistema de crenças. Em termos terapêuticos, as respostas de evitamento são utilizadas em situações urgentes, para que violência cesse imediatamente, e as estratégias de resolução são aquelas que irão permitir o verdadeiro controlo dos comportamentos violentos. Quando aquele que agride (particularmente no caso da violência castigo) se recusa a submeter-se a tratamento, deve proceder-se à separação física da vítima, de forma a protegê-la, trabalhando desde logo com ela e procurando vir a trabalhar com o agressor logo que seja possível.

Trabalhando num serviço dirigido a vítimas de delitos violentos, muito provavelmente vítimas de violência castigo ou de terrorismo íntimo, Labrador, Pilar de Luis e Fernández-Velasco (2004), propõem dois programas de intervenção, complementares, baseados numa abordagem cognitivo-comportamental. O *Programa de Acção Imediata* reflecte uma acção imediata junto das vítimas e tem como objectivo o apoio nos primeiros momentos depois da ocorrência da agressão. Depois de ter denunciado a situação, a vítima pode contar com apoio psicológico para: enfrentar esta fase que pressagia decisões importantes; fazer alterações fundamentais no imediato; expressar-se e compreender a problemática inerente aos maus tratos de que foi alvo; tomar contacto com uma dinâmica legal que desconhece. As fases do programa são: 1) expressão emocional; 2) valoração da perigosidade; 3) implementação de estratégias urgentes de enfrentamento; 4) avaliação psicológica; 5) desenho de um plano de segurança individualizado. O *Programa de Tratamento* é dirigido a grupos de mulheres, vítimas de maus tratos, e os autores acreditam que participar num grupo de tratamento lhes permite compreender que o problema está na situação de maus tratos e não nelas mesmas. Este programa trabalha directamente com a redução da sintomatologia do *stress* pós-traumático e tem as seguintes características: curta duração, para facilitar uma rápida adaptação das mulheres à sua nova situação; adopção de uma perspectiva cognitivo-comportamental que se tem revelado eficaz na redução da sintomatologia pós-traumática; prestação de um serviço institucional e gratuito. Este programa visa trabalhar competências como a auto-estima e o estado de ânimo e utiliza técnicas como a exposição, a reavaliação cognitiva e a resolução/solução de problemas.

Baseado em abordagens narrativas e nos modelos feministas, Machado e Matos (2007) desenvolveram um tipo de intervenção grupal, para mulheres que já abandonaram a relação, que designaram por modelo de reautoria¹ e que faz apelo a três elementos fundamentais: uso de linguagem externalizadora (a vítima deve pensar e falar do problema como algo exterior a si); identificação e ampliação de resultados únicos (momentos de

¹ Inspira-se no modelo narrativo de reautoria proposto por White e Epston (1990).

excepção, em que a vítima conseguiu contrariar a situação de violência); enquadramento discursivo do problema (ter em atenção o contexto relacional, social, cultural, em que a vítima está inserida, pois são estes que sustentam os discursos individuais). “De um ponto de vista narrativo, o grupo fornece às mulheres uma oportunidade de validação da sua experiência, rompe com as prescrições que sustentam o problema (e.g. vergonha, isolamento), bem como constitui uma audiência imediata para as histórias alternativas que as mulheres procuram construir” (McPhie & Chaffey, 1999, Kraner & Ingram, 1998, cit.in Machado & Matos, 2007, p.218). Esta intervenção não tem uma estrutura sequencial e rígida e os temas/objectivos trabalhados são: 1) organizar o grupo, partilhar histórias pessoais, estabelecer o «plano de trabalho» e criar uma identidade comum; 2) definir o problema: caracterizar os maus tratos e as formas de maltratar; 3) detalhar as dinâmicas abusivas e o impacto do problema; 4) detalhar a forma como os efeitos do problema contribuem para manter a mulher em relações abusivas; 5) enquadrar culturalmente as vivências: identificação dos discursos que sustentam o problema; 6) identificar discursos alternativos; 7) expandir e solidificar resultados únicos; 8) consolidar os resultados únicos e a metaforização da mudança.

Outra resposta é a terapia feminista. Esta “ (...) preocupa-se essencialmente com a falta de poder que as mulheres possuem, enfatizando a autoridade, emancipação e a escolha das mulheres” (Pereira, 1998, p.166) e baseia-se nos seguintes princípios: inclusão, igualdade, procura de conhecimento inovador, enquadramento contextual, conhecimento comprometido com valores, mudança, respeito pelos processos igualitários de tomada de decisão e expansão da prática psicológica (Worell & Rerner, 2003, cit. in Neves & Nogueira, 2004). As principais estratégias usadas são a análise dos papéis de género, a análise de poder, métodos de desmistificação (Worrel & Remer, 2003, cit.in Neves & Nogueira, 2004, p.22), ressocialização e activismo social (Israeli & Santor, 2000, cit. in Neves & Nogueira, 2004, p.23).

A intervenção em crise é uma resposta limitada no tempo (uma a seis sessões), que actua no imediato, e envolve “ (...) o estabelecimento de objectivos de futuro e a formulação de um plano alternativo para a sua vida” (Hoff, 1995, cit.in Matos & Machado, 1999, p.380). A intervenção em crise visa: ajudar a vítima a lidar com o sistema judicial, informando-a dos diferentes passos que o processo pode tomar; normalizar os sentimentos associados à vitimação; empoderar a vítima, estimulando as suas competências para lidar com o problema; combater as crenças erróneas que tendem a culpabilizar a própria vítima pelo problema; respeitar as decisões da vítima, evitando julgamentos; avaliar o real perigo em que a vítima se encontra, bem como os padrões de violência característicos daquela relação (Matos & Machado, 1999).

Em qualquer intervenção, o psicólogo deverá ouvir, empática e activamente, a vítima, validando a sua experiência e encorajando-a a exprimir abertamente os seus sentimentos; deve validar as suas preocupações, ajudá-la a compreender a crise em que se encontra; avaliar o

realismo dos seus medos e explorar com ela novas formas de lidar com o problema e com as relações interpessoais (Hoff, 1995, cit. in Matos & Machado, 1999, p.383).

1.2. Representações Sociais

1.2.1. Conceito e suas implicações no comportamento

O conceito de representação social surgiu na sequência do conceito de representação colectiva, proposto por Durkheim, segundo o qual “ (...) as representações colectivas são produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores, servem a coesão social e constituem fenómenos tão diversos como a religião, a ciência, os mitos e o senso comum” (cit. in Vala, 2004, p.485). Contudo, “Durkheim não aborda nem explica a pluralidade dos modos de organização do pensamento, dito social, apresentando-os como casos particulares de representações sociais. (...) Moscovici, em 1961, (...) [retoma] o conceito de representação social numa perspectiva psicossociológica evidenciando o alcance da sua utilização na análise dos processos cognitivos e simbólicos ao nível do comportamento individual e ao nível do funcionamento da estrutura social” (Bidarra, 1986, p.371).

Jodelet (1989) conceptualiza a representação social como “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (cit.in Vala, 2004, p.458). Desta forma, a representação social pode ser entendida como “uma visão funcional do mundo que, por sua vez, permite ao indivíduo e ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências, [possibilitando-lhe adaptar-se] e encontrar um lugar nessa realidade” (Abric, 1998, cit. in Guimarães & Campos, 2007, p.189).

Na formação das representações sociais estão eminentes dois processos: a objectivação e a ancoragem. Pela objectivação, as noções abstractas tornam-se concretas, adquirem materialidade, são “coisificadas” (aspecto icónico) (Valentim, 2003). A ancoragem classifica o objecto, de forma a incluí-lo numa esfera familiar, e nomeia-o (aspecto verbal). Os processos de objectivação e ancoragem servem para nos familiarizar com o ‘novo’, primeiro colocando-o no nosso quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sobre controlo” (Moscovi, 1981, cit. in Cabecinhas, 2004, p.7). As representações sociais, são assim sistemas complexos em permanente interacção com a vida social, interferindo em “ (...) processos variados, participando como guia na elaboração da realidade, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (Guimarães & Campos, 2007, p.190). Por intermédio das representações sociais as teorias científicas são apreendidas e utilizadas pelo senso comum (Teixeira et al., 2006).

O estudo das representações sociais permite, pois, perceber “como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade quotidiana” (Alves- Mazzotti, 1994, p. 60).

1.2.2. Representações sociais e violência conjugal

A violência, sendo um “ (...) fenómeno cultural, [constitui-se como] objecto social que suscita representações as quais intervêm em uma dada realidade social” (Guimarães & Campos, 2007, p.190). Como tal, “deve ser compreendida a partir das condutas e práticas humanas que lhe dão suporte, em conjunto com os sistemas simbólicos que lhes conferem sentido” (*idem, ibid.*, p.188). No entanto, os estudos relativos às representações sobre violência doméstica, e muito particularmente sobre violência conjugal, são escassos (Casimiro, 2002).

No estudo de Melo (2009), sobre representações sociais sobre violência familiar contra idosos, observou-se que, em geral, os sujeitos da sua amostra (composta por técnicos de apoio à vítima, magistrados do Ministério Público, agentes da Guarda Nacional Republicana, agentes da Polícia Judiciária e estudantes de Psicologia e de Direito) não legitimam a violência, embora se tenha constatado que os mesmos apresentam “um certo desconhecimento não só dos factores que concorrem para a génese, manutenção e resolução deste complexo fenómeno mas também da própria identidade dos idosos e do processo de envelhecimento” (p.45).

Num estudo realizado por Ribeiro e Sani (2008), este com uma amostra de adolescentes do 3º ciclo do ensino básico, com o objectivo de conhecer as suas representações sobre violência interpessoal e sobre o que legitima o uso dessa violência, observou-se que os mesmos referem razões de natureza pessoal para explicarem a ocorrência de violência, nomeadamente características da vítima (e.g. a vítima provocar ou confiar no agressor), razões externas ao agressor (e.g. abuso de álcool ou perturbações mentais) ou ausência de ligação afectiva entre o agressor e a vítima. Como referem as autoras, a aceitação deste tipo de argumentos pode ter subjacente uma certa desculpabilização da conduta violenta do ofensor (Ribeiro & Sani, 2008, p.183).

No estudo de Camelo (2009), realizado junto de profissionais da CPCJ, conclui-se que, em geral, estes não legitimam a violência conjugal, sendo que parece ser o género masculino aquele que a banaliza com maior frequência. De acordo com o referido estudo, os sujeitos minimizam o impacto da violência quando o casal já ultrapassou uma certa idade e quando o agressor é do sexo feminino. As causas apontadas para a violência conjugal remetem para a figura do agressor (e.g., dependência do álcool /drogas; baixa auto-estima) e para os factores sociais e culturais (e.g., aceitação social da violência, antecedentes familiares de violência).

No estudo de Correia (2008), com uma amostra de profissionais de justiça (advogados, magistrados, auditores de justiça) e estudantes de direito, conclui-se que, no global, não existe legitimização da violência conjugal, embora seja o sexo feminino que a legitima menos (tal como no estudo de Camelo, 2009). As causas que, segundo os participantes, levam à violência conjugal parecem estar relacionadas com o consumo de álcool/drogas e com os antecedentes de violência na família de origem.

Para Casimiro (2002), a representação social sobre a violência

conjugal “não estará, por hipótese, dissociada da forma como as mulheres encaram o namoro, o amor, o casamento, ou a relação conjugal, e também o nascimento dos filhos.” (p.607). No seu estudo, realizado com mulheres de diferentes extractos sociais, procurou perceber qual o sentido que as mesmas dão à violência conjugal, pedindo que definissem tal conceito. Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas entre as mulheres dos vários grupos sociais: apesar de a violência psicológica ser percebida pelas mulheres de extracto social mais desfavorecido, esta não é por elas considerada tão grave como a violência física; pelo contrário, as mulheres de meio social mais elevado consideram que o facto de o homem não contribuir para as tarefas domésticas é, por si só, um acto violento, pois obriga-as a despender mais tempo com estas actividades assim como defrauda as suas expectativas de igualdade. Desta forma, a autora conclui que as mulheres de extracto social mais elevado se mostram “menos dispostas a representar papéis passivos e subalternos, reivindicam poder e autoridade no seio da relação conjugal” (Casimiro, 2002, p.628).

Parece começar a haver, por parte dos técnicos e da sociedade, uma menor legitimização do uso da violência nas relações conjugais, sendo que os estudos aqui mencionados apontam claramente nesse sentido. Contudo, encontram-se indicadores que mostram que ainda existe uma tendência para desculpar os comportamentos abusivos do agressor (baixa auto-estima, dependências deste) e para culpabilizar a vítima pelas agressões ocorridas (existência de patologias, fragilidade emocional, entre outras). Realça-se ainda o facto de haver uma tendência para ser o género masculino a banalizar com maior frequência o uso de violência nas relações de intimidade. Com o presente estudo, pretende-se perceber de que forma as mulheres, que são alvo desta vitimação, legitimam, em maior ou menor grau, a violência no seio conjugal, para que, conhecendo as suas representações, se possa intervir mais adequada e utilmente.

II - Objectivos

Tendo as representações sociais um papel importante na forma como as pessoas encaram a realidade e organizam os seus comportamentos, considerou-se relevante explorar as representações sociais de vítimas de violência conjugal, procurando perceber não só o grau de (i)legitimação que conferem à existência de comportamentos violentos no seio da díade conjugal como as causas que lhes atribuem e factores que consideram contribuir para a sua manutenção e resolução da violência conjugal. Considerando que as vítimas acolhidas em casas-abrigo têm, geralmente, experiências de violência mais intensas, mais claramente assimétricas, e que têm que fugir ao agressor para parar os comportamentos violentos, considerando, ainda, que a generalidade das casas-abrigo defende um modelo feminista de compreensão da violência conjugal, considerou-se pertinente explorar a existência de possíveis diferenças na forma como as vítimas acolhidas e as vítimas atendidas em instituições de apoio à vítima representam a violência conjugal, as suas causas, factores de manutenção e

resolução bem como o grau em que a legitimam mais ou menos. Como foi referido no enquadramento teórico, é importante não entender a violência conjugal como se de uma realidade homogénea se tratasse. Johnson (2005), concretamente, alerta para a necessidade de distinguir a violência comum de casal do terrorismo íntimo ou da resistência violenta. Não tendo possibilidade de, no quadro deste estudo, proceder a tal avaliação, optou-se por recorrer a dois grupos amostrais que, como foi referido têm, frequentemente, experiências diferentes, nomeadamente no que diz respeito à manutenção da relação com o agressor.

Paralelamente, este estudo pretende ainda estudar a possível influência de algumas variáveis socio-demográficas e contribuir para o processo de validação dos instrumentos utilizados.

III - Metodologia

3.1. Amostra

A amostra, de conveniência, foi recolhida entre finais de Janeiro e inícios de Junho de 2010, em 5 casas-abrigo e 4 instituições de apoio à vítima, da região centro do país. Inicialmente, foi apresentado o estudo e solicitada autorização às mesmas para que a investigadora, ou um elemento da instituição em causa, pudesse, posteriormente, contactar com mulheres vítimas no sentido de lhes apresentar a investigação, solicitar a sua colaboração, o preenchimento do seu consentimento informado e do protocolo de investigação.

No total, foram distribuídos cerca de 110 protocolos, tendo sido devolvidos 57 (51.8% de retorno). Três dos protocolos recebidos foram anulados devido à falta de preenchimento de vários itens.

Dos 54 protocolos validados, 25 integram a sub-amostra de casas-abrigo (CA) e 29 a sub-amostra de instituições de apoio à vítima (IAV).

A amostra é, naturalmente, feminina na sua totalidade. A idade média das participantes de casas-abrigo é de 33.07 anos (DP=10,413; mínimo 16 anos e máximo 60 anos) e das instituições de apoio à vítima é de 41,76 anos (DP=12,015; mínimo 18 anos e máximo 67 anos). A amostra global apresenta uma média de idades de 37,17 anos (DP=11,921).

As participantes da sub-amostra casa-abrigo encontram-se distribuídas entre as opções casado/união de facto (6 elementos, 20.7%) e divorciado/separado (12 elementos, 41.4%), sendo que 11 (37.9%) referiram ser solteiras. No que concerne às participantes da sub-amostra instituições de apoio à vítima, 15 (60%) são casadas ou em união de facto, 7 (28%) são divorciadas ou separadas e, por fim, apenas 3 (12%) são solteiras (Tabela 2.1 e 2.2, Anexo 2).

Genericamente, pode dizer-se que mais de metade da amostra tem, pelo menos, a escolaridade obrigatória: 9 (31%) participantes da subamostra CA e 8 (32%) da subamostra IAV concluíram o 3º ciclo (31.5%); 6 (20.7%) participantes da subamostra CA e 4 (16%) da subamostra IAV terminaram o secundário; 1 (3.4%) elemento da subamostra CA e 6 (24%) elementos da subamostra IAV detêm a licenciatura; 6 (20,7%) referem ter a escola

primária ou o 2º ciclo completos, enquanto na subamostra IAV, 2 elementos concluíram a escola primária completa ou o 2º ciclo (8%). Finalmente, 1 (3.4%) elemento da CA e 3 (12%) elementos da IAV não completaram a escola primária completa (Tabela 2.3 e 2.4, Anexo 2).

Recorrendo à classificação do nível socio-económico proposta por Simões (1994), procedeu-se à sua categorização em nível socio-económico baixo, médio e elevado. Como pode constatar-se, a maioria das vítimas apresenta um nível socio-económico baixo (CA: 25 elementos, 86,2%; IAV: 17 elementos, 68%); no nível socio-económico médio, na subamostra casa-abrigo, encontram-se 2 elementos (6,9%) e 6 elementos (24%) na subamostra instituições de apoio à vítima. Apenas na subamostra instituições de apoio à vítima, um elemento (4%) refere ter um nível socio-económico elevado (Tabela 2.5 e 2.6, Anexo 2).

Metade das vítimas (CA: 11 participantes, IAV:16 participantes; 27 elementos no total) refere ter “problemas de saúde”, embora não no domínio das dependências (CA: 96.6%, IAV: 96%), que foi aquele cuja especificação foi solicitado no questionário.

O tipo de violência perpetrada mais referida foi a conjugação de violência física e emocional (CA: 17 elementos, 58,6%; IAV: 12 elementos, 48%) e a menos referida foi a “violência emocional” (1 elemento em CA, 3.4% e em IAV, 4%) e “violência física e sexual” (1 elemento em CA, 3.4%) (Tabelas 2.7 e 2.8, Anexo 2).

Na sub-amostra casa-abrigo, a duração média das agressões é de 5,85 anos (DP=5,018; mínimo 1 ano e máximo 18 anos). Na sub-amostra de instituições de apoio à vítima, a duração média das agressões é de 14,04 anos (DP=11,849; mínimo 1 ano e máximo 41 anos). Em ambas as sub-amostras, a maioria das vítimas apresenta, sozinha queixa contra o agressor, nos órgãos competentes (CA: 16 elementos, 55,2%; IAV: 10 elementos, 40%). Realça-se que apenas 3 elementos das vítimas em casa-abrigo não apresentaram queixa (10,3%), contra 7 elementos das vítimas em Instituições de apoio a vítimas (28%). Este facto, poderá dever-se ao facto de a maioria das casas-abrigo ter como norma que as utentes apresentem queixa, se ainda não o fizeram, quando dão entrada na instituição (Tabela 2.9, Anexo 2).

Cerca de metade das vítimas em casa-abrigo e das acompanhadas em Instituições de apoio referem ter sido também violentas contra o agressor (CA: 13 elementos, 44.8%; IAV: 13 elementos, 52%). Dez elementos (34.5%), em cada sub-amostra, referem ter recorrido à violência em legítima defesa. (cf. Tabela 2.10 e 2.11, Anexo 2).

Procurando conhecer um pouco quem são os agressores, e de acordo com o relato das participantes, a sua média de idades é, para a amostra global, de 39,41 anos (DP=11,270; mínimo 23 anos e máximo a 68 anos; há, no entanto 50% *missings*). À semelhança das participantes, no que diz respeito ao estado civil, a maioria dos agressores reparte-se pelas categorias casado/união de facto (19 elementos, 35.2%) e divorciado/separado (18 elementos, 33.3%), sendo que 13 (24.1%) são solteiros e 1 (1,9%) é viúvo. Em relação às habilitações literárias, apresentam uma escolaridade mais

baixa do que as vítimas: 14 referem ter o 2º ciclo completo (25.9%), 12 têm a escola primária completa (22.2%); 8 não completaram a escola primária (14.8%); 7 concluíram o 3º ciclo (13.0%), 6 o secundário (11.1%) e 2 a licenciatura (3.7%) (Tabela 2.12, Anexo 2). Em relação aos problemas de saúde, são referidos 15 agressores (27.8%) como apresentando-os. As participantes referiram que 28 agressores (51.9%) eram dependentes do álcool e 4 apresentavam problemas com álcool e drogas (7.4%), sendo que 16 elementos (29.6%) não apresentavam qualquer tipo de dependência (Tabela 2.13, Anexo 2).

3.2. Instrumentos

O protocolo utilizado neste estudo é formado por três questionários de auto-resposta, sendo que o tempo de preenchimento é de aproximadamente 15 minutos (Anexo 1). O QVC-HIS e o ECVC têm como finalidade avaliar as representações sociais das vítimas de violência conjugal quanto a esta temática, enquanto o QVC-CMR pretende perceber quais as causas que mantêm o problema da violência conjugal bem como os seus factores de manutenção e de resolução. Os questionários foram aplicados pela ordem em que são descritos. Estes instrumentos foram precedidos pela resposta a um questionário que solicitou informação necessária à caracterização da amostra.

3.2.1. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QVC-HIS)

O QVC-HIS (Alarcão & Alberto, 2007) integra três histórias sobre violência conjugal (Anexo 1.3). Cada história é seguida de dez afirmações, sendo pedido ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações, de acordo com a seguinte escala *Likert* de quatro pontos (1=Discordo completamente a 4=Concordo completamente). Da aplicação deste questionário resulta informação sobre o grau de legitimação que o respondente tem relativamente à violência conjugal, sendo que resultados mais baixos significam uma menor legitimação da mesma. A pontuação é obtida pelo somatório directo das respostas a cada um dos itens. A construção das três histórias baseou-se em pressupostos teóricos, presentes na literatura, sobre as causas e consequências da dinâmica violenta na conjugalidade, bem como na experiência clínica das autoras.

Em estudos exploratórios já realizados, obteve-se um valor *alpha* de Cronbach de 0.95 (Correia, 2008) e 0.939 (Camelo, 2009), o que é considerada uma consistência interna elevada.

Na amostra em estudo, o valor *alpha* de Cronbach, para as três histórias em conjunto, é também elevado ($\alpha = 0.936$) (Tabela 3.1, Anexo 3). A média obtida nas respostas ao questionário é de 43,88 (DP=12,992). Considerando as três histórias isoladamente, verifica-se que na história 2 a consistência interna mantém-se elevada ($\alpha=0.936$), na história 3 é boa ($\alpha=0.862$) e na história 1 é razoável ($\alpha=0.766$). (respectivamente, Tabelas 3.3, 3.4 e 3.2, Anexo 3). Todos os itens possuem correlações elevadas com o total do questionário (acima de .30) e a retirada de qualquer item não

elevaria o valor da consistência interna (Tabela 3.1.1, Anexo 3).

3.2.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal foi desenvolvida por Machado, Matos e Gonçalves no ano 2000, com o objectivo de avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica exercida nas relações conjugais (Machado, Matos & Gonçalves, 2004; Machado, Matos & Gonçalves, 2007).

Depois de um primeiro estudo, foi realizado um segundo estudo, com uma amostra de 2391 famílias da região Norte do País (1057 sujeitos do sexo masculino e 1334 do sexo feminino) (Machado et al., 2004, 2007). A escala, na sua versão actual, apresenta um total de 25 itens, cotados de 1 a 5 (1=Discordo totalmente a 5=Concordo totalmente) e a pontuação total da escala é obtida pelo somatório directo das respostas a cada um dos itens. No referido estudo, obteve uma consistência interna elevada ($\alpha=0.93$). A escala tem 4 factores: *legitimação e banalização da pequena violência* (16 itens), *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens), *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* (8 itens), *legitimação da violência pela privacidade da família* (6 itens). No estudo de Correia (2008) e Camelo (2009), os valores de consistência interna da ECVC foram também elevados (respectivamente, $\alpha=0.93$ e $\alpha=0.91$)

No nosso estudo, obteve-se uma consistência interna boa ($\alpha = 0,891$), com uma média de respostas de 38,65 (DP = 11,919) (Tabela 3.5, Anexo 3). A maioria dos itens apresenta uma correlação acima de .30 com o total da escala, exceptuando os itens 16, 19 e 25 que apresentam valores mais reduzidos (Tabela 3.5.1, Anexo 3). A retirada dos itens não contribuiria, no entanto, para aumentar a consistência interna da escala (Tabela 3.5.1, Anexo 3).

Uma vez que a ECVC e o QVC-HIS têm como objectivo avaliar as representações sociais em torno da violência conjugal, calculou-se a correlação de Spearman para estimar a correlação entre os dois questionários ($r(50) = 0,690$; $p < 0,001$, o que indica uma correlação estatisticamente significativa entre os dois instrumentos (Tabela 3.6, Anexo 3), onde podem ser também consultados os valores da correlação entre cada uma das histórias com o ECVC.

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal - Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

O QVC-CMR (Alarcão & Alberto, 2007) (Anexo 1.4) é composto por três conjuntos de afirmações relativos a factores que contribuem para o aparecimento da violência, para a sua manutenção e para a sua resolução. Para cada conjunto de afirmações é solicitado ao respondente que expresse o seu grau de concordância, numa escala *Likert* de 4 pontos (1=Discordo Totalmente a 4=Concordo Totalmente). As afirmações estão relacionadas com o agressor, com a vítima, com a relação e com factores à mesma (filhos, família alargada e sociedade). Este questionário já foi utilizado em anteriores estudos (Correia, 2008; Camelo, 2009) mas solicitando um tipo de resposta

distinto.

Neste estudo, a consistência interna é boa, nas três dimensões (Tabelas 3.7, 3.8, 3.9, Anexo 3): para as causas, obteve-se um valor $\alpha = 0.879$ (M=30.50; DP=9.121); para a manutenção obteve-se um valor $\alpha = 0.833$ (M=39.71; DP=7.809); para a resolução obteve-se um valor $\alpha = 0.818$ (M=46.12; DP=6.408). Nas causas, as correlações são todas superiores a .30 e a eliminação de qualquer item não iria melhorar significativamente a consistência interna deste conjunto de itens (Tabela 3.7.1, Anexo 3). No grupo de itens relativos às condições de manutenção da violência, o item 18 apresenta uma correlação mais baixa (.265) mas a sua eliminação não aumenta o valor de *alpha* de Cronbach, razão pelo qual foi mantido (Tabela 3.8.1, Anexo 3). No grupo de itens relativo às condições facilitadoras da resolução da violência, as correlações são todas superiores a .30 (Tabela 3.9.1, Anexo 3).

3.3. Procedimentos estatísticos

Para avaliar a normalidade da distribuição dos resultados das sub-amostras nos diferentes questionários recorreu-se aos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro Wilk. Tendo em conta que tanto na sub-amostra casas-abrigo como na sub-amostra instituições de apoio à vítima o $n < 50$, os resultados serão avaliados de acordo com os valores do Shapiro-Wilk. Os resultados levam a concluir que em nenhuma das sub-amostras, na “história 1”, “história 2”, “história 3” e “história total”, existe uma distribuição normal, pois os níveis de significância são inferiores a 0,05. (Tabela 4.1, Anexo 4). Ao analisar o coeficiente de assimetria (*skewness*) e o coeficiente de achatamento (*Kurtosis*), os dados parecem reforçar os resultados anteriores pois os valores não coincidem com o intervalo]-0,5; 0,5[(Maroco, 2007). Relativamente à homogeneidade das variâncias, de acordo com o teste de Levene, verifica-se que o pressuposto da homogeneidade é violado na “história 1” (F=5,855; p = 0,019) e na “história 3” (F= 5,036; p=0,029) (Tabela 4.1.1., Anexo 4).

No ECVC, e em ambas as sub-amostras, a distribuição não é normal. (cf. Tabela 4.2, Anexo 4). O coeficiente de assimetria e o coeficiente de achatamento reforçam a ideia geral de não simetria dos dados. No que concerne ao pressuposto da homogeneidade das variâncias verificou-se que este não é violado (Tabela 4.2.1, Anexo 4).

Por fim, no QVC-CMR existe uma distribuição normal, nas sub-amostras casas-abrigo (S-W(29) = 0.973; p = 0,650) e instituições de apoio à vítima (S-W(22) = 0.961; p = 0,502) apenas nos itens do QVC-CMR1; a distribuição é também normal na sub-amostra instituições de apoio à violência (S-W(22) = 0.966; p = 0,620) nos itens do QVC-CMR3 (Tabela 4.3, Anexo 4). Os dados dos coeficientes de assimetria e achatamento vão de encontro à não simetria dos dados. Para avaliar a homogeneidade das variâncias aplicou-se o Teste de Levene, verificando-se que este não é violado (Tabela 4.3.1, Anexo 4).

Pelo facto do tamanho da amostra ser reduzida ($n < 30$ em cada sub-amostra) e tendo em atenção a não normalidade da distribuição dos

resultados nos diferentes instrumentos, apesar do pressuposto da homogeneidade das variâncias na sua maioria não ser violado, decidiu recorrer-se aos testes não paramétricos – teste de *Mann-Whitney* e teste de *Kruskal-Wallis*. O tratamento estatístico dos dados foi realizado através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 17.0) e o nível de significância utilizado foi o valor usual de $p < .05$.

IV - Resultados

4.1. Representações sociais sobre violência conjugal

Comparando as duas sub-amostras, de vítimas em casa-abrigo e vítimas acompanhadas em instituições de apoio à vítima, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas no QVC-HIS e no ECVC (tabela 2). A análise descritiva das respostas ao QVC-HIS (tabela 1) permite concluir que a média das respostas se situa entre 1 “discordo completamente” e 2 “discordo”. No ECVC, a média das respostas também varia entre 1 “discordo plenamente” e 2 “discordo” (Tabela 5.1, Anexo 5). Embora a média dos resultados seja ligeiramente inferior nas vítimas de casa-abrigo, nas histórias 1 e 3, sugerindo uma menor legitimação da violência nelas reportada, o mesmo não acontece na história 2, sendo também nesta história que são obtidas as médias mais elevadas em cada um dos grupos. No QVC-HIS total e na ECVC, as vítimas de casa-abrigo obtêm resultados mais elevados, ainda que, como se disse, as diferenças não sejam estatisticamente significativas, sugerindo que tendem a poder fazer uma ligeira maior legitimação da violência, particularmente em situações menos estereotipadas.

Tabela 1 – Análise descritiva das respostas ao QVC-HIS e ECVC

Tipo de instituição		N	Média	Desvio-padrão
Casa abrigo	Hist_tot_1	29	13,7586	3,46054
	Hist_tot_2	28	17,2857	7,16399
	Hist_tot_3	29	13,4138	3,51036
	Hist_tot	28	44,4643	12,36028
	ECVC_Tot	29	39,4138	12,20514
Instituições de apoio	Hist_tot_1	24	14,4583	4,96053
	Hist_tot_2	24	15,375	6,04916
	Hist_tot_3	23	14,1739	5,27991
	Hist_tot	23	43,1739	13,96962
	ECVC_Tot	23	37,6957	11,74902

Tabela 2 – Diferenças entre sub-amostras no QVC-HIS e ECVC

	Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Mann-Whitney U	347,000	281,500	330,000	288,500	302,500
Wilcoxon W	647,000	581,500	606,000	564,500	578,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	,986	,309	,948	,525	,567

4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

De acordo com a tabela 3, as vítimas das duas sub-amostras consideradas não se distinguem de forma significativa na percepção que têm das causas da violência conjugal, bem como dos seus factores de manutenção e de possível resolução.

Ainda assim fazendo uma análise mais pormenorizada por subamostra e por média de resposta, é possível perceber os factores que cada subgrupo considera que está na base das causas, manutenção e resolução da violência conjugal.

Tabela 3 – Diferenças entre sub-amostras no QVC-CMR

	CMR1_tot	CMR2_tot	CMR3_tot
Mann-Whitney U	318,000	356,000	339,000
Wilcoxon W	753,000	681,000	664,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	,440	,910	,682

Atendendo às causas, as mais prováveis serão “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou vítima” (CA, 2.55; IAV, 2.96), “doença mental do agressor” (IAV, 2.56), “consumos de álcool ou drogas por parte do agressor” e “ fragilidade emocional da vítima (CA e IAV, 2.48). As causas menos apontadas prendem-se com “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” (CA, 1.62) e “comportamento provocador da vítima” (IAV, 1.84) (Tabela 5.2, anexo 5). É interessante notar que, neste instrumento este foi o bloco de afirmações que obteve, em geral, resultados mais baixos quanto à concordância das participantes relativamente às afirmações feitas.

No que toca aos factores de manutenção, a maior referência feita é “ausência de denúncia da violência conjugal” (IAV, 3.40; CA, 3.28), “medo de retaliações” (CA, 3.31; IAV, 3.24), “falta de conhecimentos sobre como a vítima pedir ajuda” (CA, 3.21), “desconhecimento da vítima sobre os seus direitos (CA, 3.17) e “promessa de mudança por parte do agressor” (CA, 3.17). As razões menos apontadas para a manutenção da violência são, curiosamente, a “existência de filhos” para as mulheres das casas-abrigo (2.21) mas não para as atendidas em gabinete de apoio, muito provavelmente porque as primeiras são, normalmente, acolhidas com os filhos (Tabela 5.3, anexo 5).

Nos factores de resolução, a afirmação que obtém um valor de concordância mais elevado é “ sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal” (CA, 3.79; IAV, 3.88), seguida de “afastar o agressor” (CA, 3.72) e “estimular a denúncia de situações” (IAV, 3.72); “condenar mais agressores (CA, 3.69) e proteger a vítima e filhos, se os houver” (IAV, 3.68) são as afirmações que ainda têm mais concordância em ambas as sub-amostras. “Tratar o casal” é considerado o factor de resolução menos útil por ambas as sub-amostras (CA, 2.41; IAV, 2.84) (Tabela 5.4, Anexo 5).

4.3. Variáveis socio-demográficas e representações sociais sobre violência conjugal

A variável idade só está associada às respostas das participantes no QVC-HIS na sub-amostra das vítimas recrutadas em instituições de apoio a vítimas (Tabela 6.1, Anexo 6).

As respostas das participantes de ambas as sub-amostras, no QVC-HIS e ECVC não se diferenciam estatisticamente em função do estado civil

da vítima (Tabela 6.2, Anexo 6), nem da duração das relações (tabela 6.3, Anexo 6). Também no nível socio-económico não são encontradas diferenças estatisticamente significativas (Tabela 6.4, Anexo 6).

Relativamente à variável “escolaridade da vítima” não existem diferenças estatisticamente significativas com excepção do ECVC nas vítimas em casa-abrigo (Tabela 6.5, Anexo 6), sendo que parece ser o subgrupo que apenas tem o 2º ciclo que com maior frequência desculpabiliza os comportamentos violentos.

Analisando a variável “quem fez apresentação de queixa”, verifica-se que apenas se encontram diferenças estatisticamente significativas na “história 2” e na “história total” das vítimas em casa-abrigo (Tabela 6.6, Anexo 6). Em ambas as sub-amostras, quando foram as entidades policiais a apresentar queixa as participantes banalizam mais a violência.

Em nenhuma das variáveis anteriormente referidas, estado civil, escolaridade, duração das agressões, nível socio-económico e elemento denunciador, são observadas diferenças estatisticamente significativas entre as respostas das participantes de ambas as sub-amostras ao QVC-CMR.

V - Discussão

O facto de esta ser uma amostra de conveniência e limitada na sua extensão obriga não só a um cuidado acrescido na discussão dos resultados encontrados e na reflexão sobre as suas implicações, como limita, em parte, a informação que se pretendia congrega a partir do estudo das representações sociais sobre violência conjugal por parte de um dos actores da interacção violenta.

O reduzido número de participantes limitou, também, a possibilidade de estudo das qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados ainda que os mesmos tenham revelado uma boa consistência interna. Não foi, no entanto, possível estudar a estrutura factorial dos mesmos.

A partir dos resultados obtidos no QVC-HIS, foi possível verificar que, para as três histórias, as respostas variam entre o “discordo completamente” e o “discordo”, o que indicia que no geral, as participantes não parecem legitimar a violência conjugal. Esta conclusão é também válida para o ECVC, pois os seus resultados evidenciam o mesmo tipo de discordância. Outros estudos, embora com populações diferentes, também concluíram que no geral, os sujeitos apresentam valores pouco legitimadores da violência conjugal. (Correia, 2008; Camelo, 2009; Matos & Cláudio, 2010; Melo, 2010; Mendes & Cláudio, 2006).

Apesar de se ter imaginado poder encontrar diferenças nas representações de vítimas acolhidas em casas-abrigo ou acompanhadas em instituições de apoio à vítima, em regime de ambulatório, verificou-se que, do ponto de vista estatístico, as duas sub-amostras não se distinguem na forma como não legitimam a violência conjugal. Numa análise de natureza mais qualitativa e, neste momento, claramente exploratória não se pode deixar de sublinhar que as vítimas do grupo casas-abrigo parecem apresentar valores superiores na legitimização da violência conjugal no QVC-HIST total, na história 2 e na ECVC total, contrariamente ao que se passa com as

participantes não acolhidas institucionalmente que apresentam valores mais elevados no QVC-HIST 1 e 3.

O facto de as histórias 1 e 3 relatarem situações mais frequentemente apresentadas, hoje em dia, como evidenciadoras de violência conjugal, tendo como agressor um elemento masculino, consumidor de álcool na história 3, poderá ter levado as participantes das casas-abrigo a mais facilmente identificarem estas como situações de violência, expressando abertamente o seu desacordo face a itens que procuravam banalizá-la ou anulá-la. Pelo contrário, na história 2 o agressor é um elemento feminino e mais velho. Carlson e Worden (2005, cit. in Correia, 2008), na sua investigação, verificaram uma tendência para uma diminuição da percepção de comportamentos violentos quando o agressor é uma mulher. É necessário não esquecer que, como se referiu, muitas casas-abrigo adoptam uma compreensão da violência conjugal fundada na perspectiva da diferença de poder entre homem e mulher o que, naturalmente, promove uma pontuação mais clara das histórias 1 e 3 como claros exemplos de comportamentos inaceitáveis. É ainda possível que, numa dimensão defensiva, e tendo podido identificar-se com a protagonista da história, as vítimas, sendo elas próprias mulheres, agredidas por um elemento masculino, tendam a desculpabilizar o seu comportamentos violento.

Com a idade, nas participantes atendidas em instituições de apoio a vítimas, parecem legitimar com maior frequência a violência conjugal no QVC-HIS. Os estudos de Correia (2008) e Camelo (2009), embora com populações diferentes, encontraram resultados análogos. É possível que, mercê das transformações ocorridas nos últimos anos, em que não só a sociedade mas também as vítimas estão mais atentas a sinais precoces de um comportamento violento e menos tolerantes à perpetuação do mesmo, os respondentes mais novos sejam menos legitimadores e os respondentes mais velhos, que pertencem a uma geração em que havia uma maior dominância do sistema patriarcal, possam fazer uma maior desculpabilização destes comportamentos.

No que concerne à variável escolaridade da vítima, foram encontradas diferenças na sub-amostra vítimas em casa-abrigo no ECVC, no sentido de que são as participantes com apenas o 2º ciclo que parecem desculpabilizar com maior frequência a violência. Matos e Cláudio (2010) também constataram que quanto mais elevado o grau académico menor a banalização da violência conjugal, na ECVC. Outros estudos também indicaram que sujeitos com níveis escolares mais baixos apresentavam uma maior tendência para justificar a violência (Correia, 2008; Linos, Khawaja & AL-Nsour, 2010).

Curiosamente, são as participantes que necessitaram de intervenção policial para apresentação de queixa que tendem a legitimar mais frequentemente o uso de violência. Embora a denúncia da violência e a punição/condenação dos agressores sejam aspectos referidos pelas participantes como elementos relevantes para a transformação da relação violenta, percebe-se que a não assumpção pessoal da situação como violenta ou a não responsabilização pela tentativa de iniciar alguma mudança,

embora muitas vezes de 1ª ordem, leva a que as vítimas possam ter uma narrativa mais legitimadora da violência conjugal.

Os resultados do QVC-CMR permitem identificar quais as causas, os factores de manutenção e os factores de resolução com que as participantes mais e menos concordam.

Expressando níveis mais baixos de concordância com os itens apresentados para as causas do que para os restantes aspectos, as participantes parecem fazer uma leitura mais intra-individual da violência, colocando a tónica, fundamentalmente, no agressor. Assinalam a doença mental do agressor (sub-amostra IAV) e os seus consumos de álcool ou drogas (ambas as sub-amostras) como causas da violência conjugal, pontuando também os antecedentes familiares de violência, seja na família do agressor ou na da vítima como causas. A fragilidade emocional da vítima é referida pelas participantes de ambas as amostras como podendo ser vista como uma causa da emergência das agressões, assinalando a possibilidade de um posicionamento *one-down* da vítima face ao agressor. Parecem, pois, ter um *locus* de controlo externo, podendo isso constituir uma dificuldade para uma mudança mais efectiva da relação entre vítima e agressor uma vez que, dessa forma, a vítima é também menos capaz de questionar o que está mal ou pode mudar na relação. É possível que, desta forma, as vítimas possam utilizar mais estratégias de evitamento do que de resolução (Perrone & Nanini, 1997). Curiosamente, os problemas causados por terceiros, como filhos, ou o comportamento provocador da vítima são itens pouco escolhidos, o que acentua, de novo, o que anteriormente foi referido. Wormer (2007) salienta que a existência de violência na família de origem da mulher leva a que, mais tarde, estas mesmas mulheres se tornem vítimas de violência conjugal, na linha de muitos outros estudos que referem que crianças expostas a um modelo parental violento têm maiores probabilidades de virem a tornar-se agressoras (Dias, 2004; Matos, 2002; 2006; Ramos, 2004, cit.in Branco, 2007; Turcotte-Seabury, 2010). Vários estudos têm também referido que o álcool é um factor de risco para a incidência de violência (Casimiro, 2002, Doerner e Lab, 1995, cit.in Matos 2002; Ramos, 2004 cit.in Branco, 2007; Wormer, 2007), embora não possa ser realmente considerado como causa (Matos, 2006; Wormer, 2007). No entanto, esta é uma variável frequentemente indicada, até por técnicos, como um factor causal da violência conjugal (Camelo, 2008, Correia, 2009). Um estudo de Fernandes (2002), revela que os sujeitos de nível socio-económico mais baixo apresentavam maiores taxas de mulheres vítimas. Alguns autores (Dias, 2004; Branco, 2007) alertam, contudo, para não serem apenas as famílias de baixo nível socio-económico que estão confinadas à violência, pois esta também existe em famílias de elevado nível socio-económico, sendo que a principal diferença é que nestas últimas há uma tendência maior para manter a violência em segredo. Poderia ter sido interessante estudar este aspecto, mas a maioria da amostra provém de um estrato socio-económico baixo, não nos permitindo assim a análise.

É possível que pelo facto de as vítimas, aquando da sua ida para casa-abrigo, poderem levar os seus filhos estes não sejam entendidos como

uma dificuldade. No entanto, parece importante realçar que, ao nível das causas, as participantes não têm uma percepção mais relacional da violência conjugal.

Na manutenção da violência, o foco é colocado na vítima embora não para responsabilizá-la mas antes para evidenciar a sua fragilidade (e.g., medo da retaliação, falta de conhecimento sobre como pedir ajuda ou desconhecimento dos direitos da vítima) ou de apoio (e.g., ausência de denúncia). Seria de extrema relevância perceber em que medida consideram as vítimas que a ausência de denúncia poderá levar à perpetuação da violência para poder até (re)pensar a política de algumas entidades que optam pela não denúncia, pois se, por um lado, esta poderá ser relevante para o quebrar do silêncio diante da violência, por outro, as instituições a quem as vítimas recorrem poderiam perder a confiança das mesmas caso optassem por denunciar todas as situações de violência conjugal com que se deparam no seu dia-a-dia. Como se viu, anteriormente, a legitimação da violência parece ser um pouco maior quando a participação não é assumida pelas vítimas. Curiosamente, e contrariamente a outros estudos (Correia, 2008; Camelo, 2009), o factor de manutenção menos referido pelas vítimas em casas-abrigo foi a existência de filhos, embora tal possa dever-se ao facto de as vítimas poderem levar os filhos com elas, não sendo necessariamente por essa razão que se mantêm na relação violenta.

O apostar na nova geração, pela sensibilização/educação dos jovens na escola, surge como uma estratégia de resolução bastante valorizada pelas vítimas, acompanhando um discurso social muito actual. A punição do agressor, afastando-o, denunciando ou condenando-o, é um aspecto também considerado relevante para a resolução da violência conjugal. A protecção da vítima e dos filhos é um aspecto referido, sobretudo, pelas vítimas que estão a ser apoiadas mas não estão acolhidas, o que se compreende pois, muitas vezes, a sua segurança é muito precária. De novo, a dimensão relacional é rejeitada pois uma das estratégias menos referida diz respeito ao tratamento do casal.

Este estudo, embora não permitisse perceber qual o tipo de violência em causa, atendendo a direccionalidade do controlo exercido, traduz uma representação da violência conjugal como unidireccional e essencialmente perpetrada pelo cônjuge masculino, estando a mulher numa posição *one-down*, o que remeteria para situações de violência castigo (Perrone & Nanini, 1977) ou de terrorismo íntimo (Johnson, 2005). Este seria, contudo um aspecto que, em próximos estudos seria importante trabalhar, no sentido de perceber se vítimas de diferentes tipos de violência têm, ou não, representações distintas da violência conjugal, das suas causas, factores de manutenção e de resolução. Será, no entanto, um estudo ambicioso, não só pela dificuldade de diagnóstico dos diferentes tipos de violência como pelo número de participantes que requererá.

Antes de concluir, torna-se imperioso, referir, para além dos aspectos já apontados, mais algumas limitações deste estudo. Apontou-se o reduzido número de participantes como uma limitação não só à representatividade dos resultados mas também a uma maior exploração das

qualidades psicométricas dos instrumentos. A dificuldade de obter o retorno dos protocolos ou mesmo de aceitação do estudo por parte das instituições onde o mesmo podia ser aplicado foi maior do que a inicialmente prevista. Os técnicos lamentam, muitas vezes, não dispor de instrumentos validados para explorar informação que lhes seja útil nos seus processos de avaliação ou de intervenção mas também não entendem a recolha de dados para este tipo de estudos como uma mais-valia.

Outra limitação foi já discutida e tem a ver com a dificuldade, embora utilidade, da distinção de vários tipos de violência.

A inclusão de outras questões no questionário socio-demográfico, tais como a religião, o(s) desencadeante(s) da violência, a resposta da vítima, podia ser interessante para explorar-se em que medida a religião influencia as representações sociais dos sujeitos, bem como para perceber o significado mais comunicacional da violência. Não foi feita essa opção para não alongar o tempo de aplicação do protocolo e para não potenciar a vivência de recordações mais dolorosas que não poderiam ser trabalhadas pelo investigador. Este tipo de informação, para ter qualidade, deveria ser recolhido no contexto de entrevista o que não podia ser contemplado no âmbito deste estudo.

A possibilidade de comparação entre as representações de mulheres vítimas com diferentes tempos de vitimação e diferentes tempos de finalização da relação violenta, mantendo ou não mantendo o vínculo conjugal com o elemento que as maltratou, bem como com mulheres sem experiência de violência conjugal seria também interessante, embora exija um tempo mais alargado para a concretização do estudo e uma equipa maior de investigadores.

A possibilidade de completar a recolha dos dados quantitativos com entrevistas às vítimas, para poder aceder à riqueza das suas experiências e formulações, seria sem dúvida interessante, sobretudo para perceber quais podem ser as maiores divergências e convergências entre as representações e os comportamentos expressos.

Finalmente, o alargamento deste estudo a vítimas masculinas de violência conjugal, em relações hetero e homossexuais seria muito interessante ainda que estas sejam, sem dúvida, amostras difíceis de recolher.

VI - Conclusões

A violência conjugal é um fenómeno multifacetado e multidimensional e são conhecidos os problemas de saúde que gera. As vítimas experienciam sentimentos de confusão, comportamentos depressivos, distúrbios cognitivos, raiva, sensação geral de pânico, falta de auto-confiança, desempoderamento, entre outros, podendo desenvolver mesmo Perturbação de Stress Pós-Traumático.

Já foram realizados alguns estudos no campo das representações sociais na violência conjugal, nomeadamente com técnicos psicossociais, magistrados, forças policiais, estudantes, etc (Camelo, 2009; Correia, 2008;

Machado et al., 2004, 2007; Machado, 2005; Machado, Matos & Moreira, 2003; Melo, 2009; Ribeiro & Sani, 2008) Contudo, e do que é nosso conhecimento, um estudo mais sistemático das representações sociais das vítimas não foi ainda realizado. Tendo em conta que as mulheres são, segundo as estatísticas e a experiência das instituições que acompanham situações de violência conjugal, os principais alvos de violência, considerou-se de suprema relevância a realização deste estudo para uma melhor compreensão do que pensam acerca da violência e da forma como um comportamento violento pode surgir ou resolver-se.

Apesar do carácter público que a violência doméstica tem em Portugal, desde 2000, e da maior sensibilização social para a denúncia e a transformação deste tipo de relação, a verdade é que existem muitas situações que não são conhecidas ou denunciadas, seja por medo da retaliação, seja por esperança de poder alterar o curso da violência, seja pela vergonha de viver tal situação e não a finalizar ou transformar. Nesse sentido, pode falar-se de uma “violência envergonhada”. Muitas são as vítimas que ainda “calam” a violência e para que a intervenção profissional possa ajudar estas mulheres é importante que se perceba a forma como elas a representam.

De uma forma geral, as vítimas não parecem permeáveis à banalização da violência conjugal, embora situações menos estereotipadas pareçam não desencadear uma resposta claramente reprovadora. Com efeito, a violência perpetrada por elementos femininos e mais velhos parece poder ser mais legitimada. No quadro da violência comum de casal, a violência pode, também, ser mais banalizada pois não é tão assimétrica a relação entre vítima e agressor.

Relativamente às causas da violência conjugal, as vítimas deste estudo, pontuam o comportamento e/ou vivências do agressor como causas mais importantes – consumos de álcool ou drogas, antecedentes de violência na família de origem, doença mental – referindo também a fragilidade emocional da vítima. O factor de manutenção mais anotado foi a ausência de denúncia, a falta de conhecimentos sobre os direitos da vítima e as respostas possíveis, ainda que a existência de promessas de mudança por parte do agressor tenha sido referida pelas vítimas das casa-abrigo. É curiosa estar quase ausente a dimensão relacional na percepção que as vítimas têm do que mantém a relação, embora essa seja também a prática de quem trabalha em gabinetes de apoio à vítima ou em instituições similares. Os factores de resolução que tiveram uma maior referência foi a protecção da vítima e dos seus filhos, a sensibilização/educação dos jovens na escola e a estimulação da denúncia, oscilando entre uma resposta que dirigida ao agressor e às gerações mais novas. O facto das participantes terem sublinhado a importância de uma resposta protectora, por parte da sociedade, não pode ser minimizada nem banalizada pois muitas vezes ela não existe e dificulta à vítima a saída da relação quando ela assim o deseja ou sente ser a única possibilidade de pôr fim à violência. A coerência entre o discurso e a prática social têm que ser grande para que exista não só uma diminuição da banalização da violência conjugal mas uma diminuição também da sua

ocorrência, nomeadamente numa sociedade que enfrenta múltiplos desafios e fontes de *stress*. Monteiro, Cabral e Jodelet (1999) afirmam que a questão da banalização da violência pode ser uma consequência de a mesma poder observar-se diariamente nas ruas e na comunicação social, fazendo parte do quotidiano das pessoas. Também por isso é importante que, tal como refere Magalhães (2005), a sociedade trabalhe no sentido de mudar as práticas e políticas que encorajam a violência.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). Família com P.I violento e violência familiar. In M. Alarcão, (Des) *Equilíbrios familiares* (pp.289-316). Coimbra: Quarteto.
- APAV (2010). Estatísticas APAV 2009. Retirado a 30 de Abril, 2010, em <http://www.apav.pt/lgbt/menudom.htm>.
- Alves-Mazzotti, A. J. (1994). Representações sociais: Aspectos teóricos e aplicados à educação. *Em Aberto*, 61, 60-78.
- Bidarra, M. G. A (1986). O estudo das representações sociais: Considerações teórico-conceptuais e metodológicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XX, 369-390.
- Branco, M. (2007). *Violência conjugal contra a mulher. Histórias vividas e narradas no feminino*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Aberta, Lisboa.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. Consultado Dezembro, 16, 2009, em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1311/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf.
- Camelo, A. I. M. (2009). *Representações sociais sobre a violência conjugal: Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, 163, 603-630.
- Correia, A. T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Guimarães, S. P., & Campos, P. H. F. (2007). *Norma social violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes*. Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- DGAI (2010). Estatísticas DGAI 2009. Retirado a 30 de Abril, 2010, em http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/RelatorioVD2009_v13_Abril_2010_vf.pdf.
- Dias, I. (2004). A violência sobre as mulheres e os idosos. *Psychologica*, 36, 33-61.
- Johnson, M. P. (2001). Conflict and control: Symmetry and assymetry in

- domestic violence. In A. Booth et al (Eds.), *Couples in conflict*, (pp. 94-104). Mahwah, NJ: L. Erlbaum Associates.
- Johnson, M. P. (2005). Domestic violence: It's not about gender – Or is it?. *Journal of Marriage and the Family*, 67, 1126-1130.
- Johnson, M. P., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 948-963.
- Labrador, F. J., Pilar de Luis, R. P. P., & Fernández-Velasco, R. (2004). *Mujeres víctimas de la violencia doméstica*. Espanha: Ediciones Pirámide.
- Linós, N., Khawaja, M., & Al-Nsour, M. (2010). Women's Autonomy and Support for Wife Beating: Findings From a Population-Based Survey in Jordan. *Violence and victims*, 25(3), 409-419.
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: Um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 40, 173-194.
- Machado, C., & Matos, M. (2007). Intervenção narrativa com um grupo de mulheres maltratadas. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves, *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança* (pp.209-234). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M.M. (2004). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECVC). In L.S., M.R. Simões, C. Machado & M.M. Gonçalves (Coords). *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa – Volume II* (pp.127 – 140). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M.M. (2007). *Manual da escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário da violência conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Machado, C., Matos, M. & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Magalhães, M. (2005). *A violência nas relações de intimidade: Um contributo para a definição de alguns conceitos*. Consultado, Maio, 11, 2009, em <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/ViolenciaConceitosMJM2005.pdf>.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística, com utilização do SPSS*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In C. Machado & R.A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crime, Vol. I: Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2005). Avaliação psicológica de vítimas de maus tratos conjugais. In R. A. Gonçalves & C. Machado, *Psicologia Forense* (pp.159-186). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de doutoramento não publicada, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 2, 373-388.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Matos, T. & Cláudio, V. (2010). Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. (pp. 3205 – 3218). Universidade do Minho.
- Melo, M. (2009). *Representações sociais do abuso sobre idosos*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. (pp. 3219 – 3230). Universidade do Minho.
- Monteiro, M., Cabral, M., & Jodelet, D. (1999). As representações da violência doméstica: Uma abordagem preventiva. *Ciência e saúde coletiva* [online], 4(1), 161-170.
- Neves, S. (2008). *Amor, poder e violências na intimidade*. Coimbra: Quarteto.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: Uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.
- Pereira, A. (2008). *SPSS, guia prático de utilização: Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. (7ªed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, A., Matos, M., & Machado, C. (2006). Violência sexual na conjugalidade: Um estudo exploratório sobre as narrativas da vítima. *Psychologica*, 41, 119-150.
- Pereira, M. G. (1998). Violência familiar reinterpretada: Paradigmas de intervenção. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 159-168.
- Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J.N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. (4ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Portugal, S. (2003). De que falamos quando falamos de violência doméstica?. In L. Fonseca, C. Machado & J. Machado Vaz, *A sexologia – perspectiva multidisciplinar II* (pp.199-216). Coimbra: Quarteto Editora.
- Ribeiro, M. C., & Sani, A. I. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. Consultado Janeiro, 8, 2010, em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/909/3/176-186.pdf>.
- Simões, M. R. (1994) Investigações em torno da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR). Tese

- de doutoramento não publicada. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Teixeira, M. C. T., Domingues, C., Prado, G. A., Maeda, M., Fioravanti, R. M., Braite, R., & Paves, T. (2006). Espelho, espelho meu: Existe alguém mais jovem do que eu?. *Psychologica*, 42, 231-250.
- Turcotte-Seabury, C. (2010). Anger Management and the Process Mediating the Link Between Witnessing Violence Between Parents and Partner Violence. *Violence and Victims*, 25 (3), 306-318.
- Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (3ªed., pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portuguesas e africanos*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Wormer, K. (2007). Domestic violence and substance abuse. An integrated approach. In A. Roberts (Ed). *Battered women and their families, intervention strategies and treatment programs* (pp.399-422). New York: Springer Publishing.

Anexos

Anexo 1.1**Declaração de Consentimento**

Eu, _____, declaro ter sido informado(a) sobre a natureza e procedimentos da presente investigação, bem como sobre as garantias de anonimato e confidencialidade. Assim, aceito responder ao protocolo que me foi apresentado.

Coimbra, ___ de _____, de 2010

Anexo 1.2

Questionário (Caracterização da amostra)

	Vítima	Agressor
Idade		
Estado civil	Solteiro Casado/união de facto Divorciado/separado Viúvo	Solteiro Casado/união de facto Divorciado/separado Viúvo
Escolaridade	Escola primária incompleta Escola primária completa 2ºciclo (5º/6ºano) 3ºciclo (9ºano) Secundário Licenciatura Mestrado Doutoramento	Escola primária incompleta Escola primária completa 2ºciclo (5º/6ºano) 3ºciclo (9ºano) Secundário Licenciatura Mestrado Doutoramento
Profissão		
Saúde	<u>Tem problemas de saúde?</u> Sim Não <u>Tem problemas com:</u> Álcool Drogas Nenhum	<u>Tem problemas de saúde?</u> Sim Não <u>Tem problemas com:</u> Álcool Drogas Nenhum

Quem vive em casa consigo? _____

No caso de ter filhos, indique a idade dos mesmos? _____

Que tipo (s) de violência exercida é/foi sobre si (pode assinalar mais do que um quadrado)?

- Física
- Emocional
- Sexual

Há quanto tempo duram (ou duraram) as agressões? _____

Houve apresentação de queixa?

Sim

Não

Se sim, indique quem a fez _____

Alguma vez agrediu o seu cônjuge?

Sim

Não

Se sim, em que circunstâncias _____

Anexo 1.3

QRVC-HIS

(Alarcão, M & Alberto, I., Correia, A., Camelo, A., 2007)

Este questionário integra três histórias de três casais diferentes. Em cada uma dessas histórias vai encontrar dez afirmações; pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo completamente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo completamente”. Este é um questionário de opinião, em que as suas respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial.

Item de Exemplo:

a) No Verão a grande maioria das famílias portuguesas vai de férias para o Algarve

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

História 1

Arménio é um engenheiro chefe, de 40 anos, casado com Manuela, enfermeira, de 38 anos; tem dois filhos, o Marcos, com 15 anos, e a Sara, que tem 13 anos. A Manuela confidenciou a uma colega de trabalho que as coisas não andam bem na sua vida de casada. O Arménio é uma pessoa completamente diferente dentro e fora de casa. No trabalho, com os amigos e vizinhos, é muito simpático, sempre disponível; mas com ela é bastante rude: chama-lhe “ignorante” (achando que tudo o que ela diz está errado e que “dela só sai asneira”) ou deixa-a a falar sozinha e vai-se embora, dizendo-lhe que tem vergonha dela porque nem gosto tem para se vestir. Por vezes, quando a Manuela se atrasa no serviço, o Arménio chega a dar-lhe umas bofetadas porque o jantar não está feito a horas e ele, assim, não consegue chegar pontualmente às reuniões de trabalho.

A Manuela diz que os filhos não se apercebem de nada porque estes desentendimentos nunca acontecem à frente deles e ela faz por se mostrar

alegre quando eles estão por perto.

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

	1	2	3	4
1. Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar realmente a sua mulher				
2. A Manuela queixa-se que o marido a chama de ignorante e goza com a forma como se veste mas ele só pretende que ela se comporte como boa esposa e mãe de família				
3. Se o Arménio trata mal a Manuela é porque ela lhe dá razões para que isso aconteça				
4. Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa				
5. A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos				
6. Se o Arménio anda mais nervoso por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela				
7. O Arménio tem alguma razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões				
8. A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas				
9. Uma bofetada dada num momento de zanga/tensão não é propriamente violência conjugal				
10. É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil				

História 2

A Luísa é uma mulher de 60 anos mas ainda tem muitos afazeres: trabalha na agricultura, faz umas horas por semana na limpeza de casas e, à noite, ainda tem uns trabalhos de costura. Tudo isto a cansa muito e a torna muito irritável. O António tem a mesma idade e é carpinteiro: quando chega a casa o que mais quer é poder descansar de um trabalho de que gosta mas que já começa a ser pesado. Ele já conhece a mulher que tem e tenta passar despercebido; senão “sobra” para ele. A Luísa, quando fala para ele é sempre a ralar, dizendo que “quem usa calças lá em casa é ela”, que ele “é um inútil”, e, por vezes, o António tem de se baixar para não “apanhar com objectos voadores” que a mulher atira quando está mais exasperada. O António diz isto a sorrir, como que a desvalorizar a situação, mas sempre vai adiantando que, por vezes, não é rápido que chegue pelo já teve de ir receber tratamento médico. Desculpa a mulher, dizendo que a vida dela nunca foi fácil pois desde pequena foi sempre uma sacrificada. Acha que, apesar de tudo, ela é uma boa mulher, pois é trabalhadora e a casa está “sempre um brinco”. Claro que gostaria de ter mimo em vez de “ralhetes e pancadaria”, mas conclui “que não se pode ter tudo” e “nesta idade, já não há que esperar muito da vida”. Por outro lado, o António refere que a Luísa só se torna “uma fera” quando está cansada com tanto trabalho: a “culpa é deste trabalho todo que é preciso fazer para se ter alguma coisita”.

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

	1	2	3	4
1. É um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal				
2. O António faz bem em desvalorizar a violência da Luísa para não perturbar a paz familiar				
3. É pouco provável que a Luísa, idosa e cansada, consiga maltratar realmente o António. São rabugices próprias da idade				
4. O comportamento da Luísa é compreensível pois, como diz o próprio marido, ela teve sempre uma vida muito difícil				
5. Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa				
6. A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho				
7. O António faz bem em aguentar esta situação e em desculpar a mulher pois nesta idade é melhor fazer tudo para se manterem juntos, como casal				
8. Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem				
9. Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria				
10. O António é capaz de merecer alguns ralhos da mulher porque parece levar uma vida descansadinha e despreocupada				

História 3

A Deolinda tem 30 anos, é doméstica e está casada há apenas 3 anos, com o Esteves, mas não tem sido fácil manter este casamento. O Esteves tem sensivelmente a mesma idade, trabalha na construção civil e gosta de beber uns copos com os amigos, depois do trabalho, e quando chega a casa, com um bocadinho a mais de vinho, fica difícil para a Deolinda. Começa por implicar com o jantar: “se é peixe, apetecia-lhe carne, se é

carne, queria peixe”! Culpa a Deolinda de fazer de propósito para o irritar, fazendo sempre o contrário do que ele pede. Quando fica mesmo descontrolado chega a bater na mulher, que se encontra grávida de 4 meses. Ela tem umas nódoas negras, “mas nunca foi preciso ir ao médico por causa das agressões”. A Deolinda continua a achar que o Esteves é uma boa pessoa, preocupado com ela e o outro filho (que tem 2 anos). É o vinho que o torna violento; “quando lhe passa a bebedeira, vem pedir desculpa, a chorar, e eu sei que é do fundo do coração”

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

	1	2	3	4
1. A Deolinda deve tentar manter este casamento até porque tem um filho pequeno e vai ter outro, que precisam do pai				
2. O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho				
3. A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar, para evitar que o marido se chateie				
4. Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos é porque o marido não é assim tão violento como ela diz				
5. Não admira que o Esteves bata na mulher porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência				
6. O Esteves anda muito preocupado, agora que vem aí outro filho, e isso faz com que fique mais irritado e se descontrola de vez em quando				
7. É pouco provável que o Esteves bata na Deolinda enquanto ela está grávida do seu próprio filho				
8. A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal				
9. Se a Deolinda faz sempre o contrário do que o Esteves pede, é porque gosta de o provocar e de se sujeitar a ser agredida				
10. A Deolinda deve estar a exagerar um bocadinho nas suas histórias sobre as desavenças que tem com o Esteves e a fazer-se de vítima				

Anexo 1.4

QVC – CMR

(Alarcão, M., Alberto, I., Camelo, A., Correia, A., 2007)

A violência conjugal é um problema social sobre o qual cada um de nós, enquanto membros de uma comunidade, vai reflectindo e formulando algumas opiniões. Vai encontrar, seguidamente, um conjunto de afirmações relativas aos factores que podem explicar o aparecimento da violência e a sua manutenção, bem como de factores que podem contribuir para o seu desaparecimento. Pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo totalmente”.

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

1. A violência conjugal é devida a:

	1	2	3	4
1. Consumos de álcool ou drogas por parte do agressor				
2. Aceitação social da violência				
3. Luta de poder entre os membros do casal				
4. Baixa auto-estima do agressor				
5. Doença mental da vítima				
6. Dificuldades económicas do casal/família				
7. Fragilidade emocional da vítima				
8. Interferência de outros familiares				
9. Problemas/dificuldades criadas pelos filhos				
10. Relações extra-conjugais do agressor e/ou da vítima				
11. Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima				
12. Doença mental do agressor				
13. Isolamento social do casal/família				

14. Comportamento provocador da vítima				
--	--	--	--	--

2. O que mais contribui para a manutenção da violência conjugal é:

	1	2	3	4
1. Ausência de denúncia da violência conjugal				
2. Falta de confiança na eficácia da justiça				
3. Valorização da união familiar				
4. Existência de filhos				
5. Isolamento social da vítima e/ou da família				
6. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda				
7. Ambivalência da vítima face ao agressor				
8. Medo de retaliações por parte da vítima				
9. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos				
10. Ameaça de suicídio por parte do agressor				
11. Ausência de respostas sociais para a vítima				
12. Ternura do agressor fora dos momentos de violência				
13. Promessas de mudança por parte do agressor				
14. Interferência de outros familiares				

3. O mais importante para pôr fim à violência é:

	1	2	3	4
1. Afastar o agressor				
2. Condenar mais agressores				
3. Estimular a denúncia das situações de violência				
4. Estimular a separação/ divórcio do casal				
5. Proteger a vítima e os filhos, se os houver				
6. Mudar o comportamento da vítima				
7. Tratar o agressor				
8. Tratar o casal				
9. Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal				
10. Melhorar as condições socio-econômicas das famílias				
11. Aumentar os direitos da mulher				
12. Aumentar os tempos de lazer das famílias				
13. A vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos				
14. Sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal				

Anexo 2

Tabela 2.1 – Estado civil nas participantes da sub-amostra de vítimas em casa-abrigo

	Frequência	Percentagem
Solteiro	11	37,9
Casado/união de facto	6	20,7
Divorciado/separado	12	41,4
Total	29	100,0

Tabela 2.2 – Estado civil nas participantes da sub-amostra de vítimas em instituições de apoio à vítima

	Frequência	Percentagem
Solteiro	3	12,0
Casado/união de facto	15	60,0
Divorciado/separado	7	28,0
Total	25	100,0

Tabela 2.3 – Habilitações literárias nas participantes da subamostra casa-abrigo

	Frequência	Percentagem
Escola primária incompleta	1	3,4
Escola primária completa	6	20,7
2ºciclo	6	20,7
3ºciclo	9	31,0
Secundário	6	20,7
Licenciatura	1	3,4
Total	29	100,0

Tabela 2.4 – Habilitações literárias nas participantes da subamostra instituições de apoio à vítima

	Frequência	Percentagem
Escola primária incompleta	3	12,0
Escola primária completa	2	8,0
2ºciclo	2	8,0
3ºciclo	8	32,0
Secundário	4	16,0
Licenciatura	6	24,0
Total	25	100,0

Tabela 2.5 – Nível socio-económico nas participantes da subamostra casa-abrigo

	Frequência	Percentagem
Baixo	25	86,2
Médio	2	6,9
Total	27	93,1
<i>Missing</i> 99	2	6,9
Total	29	100,0

Tabela 2.6 – Nível socio-económico nas participantes da subamostra instituições de apoio à vítima

	Frequência	Percentagem
Baixo	17	68,0
Médio	6	24,0
Elevado	1	4,0
Total	24	96,0
<i>Missing</i> 99	1	4,0
Total	25	100,0

Tabela 2.7 - Tipo de violência nas participantes da sub-amostra de vítimas em casa-abrigo

	Frequência	Percentagem
Violência emocional	1	3,4
Violência física	2	6,9
Violência física e emocional	17	58,6
Violência física e sexual	1	3,4
Violência física, emocional e sexual	7	24,1
Total	28	96,6
<i>Missing</i> 99	1	3,4
Total	29	100,0

Tabela 2.8 -- Tipo de violência nas participantes da sub-amostra de vítimas em instituições de apoio à vítima

	Frequência	Percentagem
Violência emocional	1	4,0
Violência emocional e sexual	2	8,0
Violência física	2	8,0
Violência física e emocional	12	48,0
Violência física, emocional e sexual	8	32,0
Total	25	100,0

Tabela 2.9 - Apresentação de queixa nas duas sub-amostras

Tipo de instituição		Frequência	Porcentagem
Casa abrigo	Vítima	16	55,2
	Entidades policiais	6	20,7
	Familiares da vítima	1	3,4
	Não houve apresentação de queixa	3	10,3
	Técnicos de Psicologia/SS	2	6,9
	Total	28	96,6
	<i>Missing</i> 99	1	3,4
Total	29	100,0	
Instituições de apoio	Vítima	10	40,0
	Entidades policiais	2	8,0
	Familiares da vítima	1	4,0
	Não houve apresentação de queixa	7	28,0
	Vítima e familiares	2	8,0
	Total	22	88,0
	<i>Missing</i> 99	3	12,0
Total	25	100,0	

Tabela 2.10 – Razões da agressão da vítima ao cônjuge em vítimas de casa-abrigo

	Frequência	Porcentagem
Auto-defesa	10	34,5
Auto-defesa e dos filhos	1	3,4
Escalada da violência	1	3,4
Nunca agrediu o cônjuge	16	55,2
Total	28	96,6
<i>Missing</i> 99	1	3,4
Total	29	100,0

Tabela 2.11 - Razões da agressão da vítima ao cônjuge em vítimas não acolhidas

	Frequência	Porcentagem
Auto-defesa	10	40,0
Defesa da filha	1	4,0
Escalada da violência	1	4,0
Nunca agrediu o cônjuge	11	44,0
Total	23	92,0
<i>Missing</i> 99	2	8,0
Total	25	100,0

Tabela 2.12 – Habilitações literárias do agressor

	Frequência	Porcentagem
Escola primária incompleta	8	14,8
Escola primária completa	12	22,2
2ºciclo	14	25,9
3ºciclo	7	13,0
Secundário	6	11,1
Licenciatura	2	3,7
Total	49	90,7
<i>Missing</i> 99	5	9,3
Total	54	100,0

Tabela 2.13 – Dependências de álcool e drogas no agressor

	Frequência	Porcentagem
Álcool	28	51,9
Drogas	1	1,9
Nenhum	16	29,6
Álcool e drogas	4	7,4
Total	49	90,7
<i>Missing</i> 99	5	9,3
Total	54	100,0

Anexo 3

Tabela 3.1 – Consistência interna do QVC-HIS Total

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,936	,938	30

Tabela 3.1.1 - Estatísticas Item-Total para a história total

	Média (s/ item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/ item)
QVC_HIS1	42,59	,334	,936
QVC_HIS2	42,35	,506	,934
QVC_HIS3	42,55	,617	,933
QVC_HIS4	42,67	,388	,935
QVC_HIS5	42,27	,479	,935
QVC_HIS6	42,27	,608	,933
QVC_HIS7	42,71	,523	,934
QVC_HIS8	42,25	,436	,935
QVC_HIS9	42,57	,353	,936
QVC_HIS10	42,59	,574	,934
QVC_HIS11	42,29	,631	,933
QVC_HIS12	42,31	,635	,933
QVC_HIS13	42,33	,627	,933
QVC_HIS14	42,27	,699	,932
QVC_HIS15	42,31	,666	,932
QVC_HIS16	42,10	,587	,933
QVC_HIS17	42,35	,680	,932
QVC_HIS18	42,04	,672	,932
QVC_HIS19	42,25	,657	,932
QVC_HIS20	42,39	,591	,933
QVC_HIS21	42,53	,665	,933
QVC_HIS22	42,08	,325	,937
QVC_HIS23	42,43	,643	,933
QVC_HIS24	42,49	,699	,932
QVC_HIS25	42,61	,543	,934
QVC_HIS26	42,67	,468	,935
QVC_HIS27	42,65	,372	,935
QVC_HIS28	42,51	,521	,934
QVC_HIS29	42,53	,683	,932
QVC_HIS30	42,61	,632	,933

Tabela 3.2 – QVC-HIS: Consistência interna para a história 1

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,766	,772	10

Tabela 3.2.1 – QVC-HIS: Consistência interna (estudo dos itens) para a história 1

	Média (s/ item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/ item)
QVC_HIS1	12,79	,277	,765
QVC_HIS2	12,57	,434	,746
QVC_HIS3	12,75	,401	,750
QVC_HIS4	12,85	,336	,757
QVC_HIS5	12,43	,549	,728
QVC_HIS6	12,45	,475	,741
QVC_HIS7	12,87	,523	,741
QVC_HIS8	12,47	,403	,751
QVC_HIS9	12,75	,435	,746
QVC_HIS10	12,74	,535	,732

Tabela 3.3 – QVC-HIS: Consistência interna para a história 2

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,936	,936	10

Tabela 3.3.1 – QVC-HIS: Consistência interna (estudo dos itens) para a história 2

	Média (s/item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/ item)
QVC_HIS11	14,79	,658	,934
QVC_HIS12	14,81	,785	,927
QVC_HIS13	14,87	,682	,932
QVC_HIS14	14,77	,849	,924
QVC_HIS15	14,79	,834	,924
QVC_HIS16	14,60	,712	,931
QVC_HIS17	14,83	,798	,926
QVC_HIS18	14,58	,700	,931
QVC_HIS19	14,73	,786	,927
QVC_HIS20	14,88	,636	,934

Tabela 3.4 – QVC-HIS: Consistência interna para a história 3

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,862	,868	10

Tabela 3.4.1 – QVC-HIS: Consistência interna (estudo dos itens) para a história 3

	Média(s/ item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/ item)
QVC_HIS21	12,40	,685	,842
QVC_HIS22	11,94	,403	,874
QVC_HIS23	12,29	,725	,835
QVC_HIS24	12,35	,718	,837
QVC_HIS25	12,46	,272	,870
QVC_HIS26	12,54	,480	,857
QVC_HIS27	12,52	,438	,860
QVC_HIS28	12,37	,717	,836
QVC_HIS29	12,40	,831	,825
QVC_HIS30	12,48	,597	,850

Tabela 3.5 – Consistência interna ECVC

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,891	,895	25

Tabela 3.5.1 – Estatísticas item-total para o ECVC

	Média (s/item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/item)
ECVC1	36,44	,333	,892
ECVC2	37,37	,569	,885
ECVC3	36,81	,541	,885
ECVC4	37,27	,569	,885
ECVC5	36,90	,467	,887
ECVC6	36,44	,457	,888
ECVC7	37,00	,557	,884
ECVC8	37,00	,577	,884
ECVC9	37,17	,783	,878
ECVC10	36,54	,551	,885
ECVC11	37,27	,402	,888
ECVC12	37,10	,585	,884
ECVC13	37,38	,394	,888
ECVC14	37,42	,529	,886
ECVC15	37,00	,476	,886
ECVC16	37,40	,154	,892
ECVC17	37,00	,653	,881
ECVC18	37,15	,565	,884
ECVC19	37,40	,154	,892
ECVC20	37,46	,500	,887
ECVC21	36,81	,459	,887
ECVC22	37,33	,411	,888
ECVC23	37,19	,644	,882
ECVC24	37,56	,324	,890
ECVC25	37,27	,237	,892

Tabela 3.6 – Correlação entre o QVC-HIS e ECVC

				Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
<i>Rho spearman's</i>	Hist_tot_1	Coeficiente de	correlação	1,000	,656**	,764**	,870**	,706**
		Sig. (2-tailed)		.	,000	,000	,000	,000
		N		53	52	52	51	52
	Hist_tot_2	Coeficiente de	correlação	,656**	1,000	,593**	,887**	,566**
		Sig. (2-tailed)		,000	.	,000	,000	,000
		N		52	52	51	51	51
	Hist_tot_3	Coeficiente de	correlação	,764**	,593**	1,000	,842**	,657**
		Sig. (2-tailed)		,000	,000	.	,000	,000
		N		52	51	52	51	51
	Hist_tot	Coeficiente de	correlação	,870**	,887**	,842**	1,000	,690**
		Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	.	,000
		N		51	51	51	51	50
	ECVC_Tot	Coeficiente de	correlação	,706**	,566**	,657**	,690**	1,000
		Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000	.
		N		52	51	51	50	52

Tabela 3.7 – Consistência interna para a dimensão Causas

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,879	,881	14

Tabela 3.7.1 – Estatísticas item-total para a dimensão Causas

	Média (s/item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/item)
QVC_CM1	28,08	,518	,873
QVC_CM2	28,35	,472	,875
QVC_CM3	28,40	,394	,878
QVC_CM4	28,19	,437	,878
QVC_CM5	28,58	,618	,868
QVC_CM6	28,38	,624	,868
QVC_CM7	28,08	,559	,871
QVC_CM8	28,29	,578	,870
QVC_CM9	28,77	,635	,868
QVC_CM10	28,27	,634	,867
QVC_CM11	27,77	,487	,874
QVC_CM12	28,15	,685	,864
QVC_CM13	28,46	,612	,868
QVC_CM14	28,73	,433	,876

Tabela 3.8 – Consistência interna para a dimensão Manutenção

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,833	,829	14

Tabela 3.8.1 – Estatísticas item-total para a dimensão Manutenção

	Média (s/item)	R Item-Total	Alpha Cronbach (s/item)
QVC_CM15	36,37	,034	,843
QVC_CM16	36,73	,433	,824
QVC_CM17	37,10	,469	,822
QVC_CM18	37,17	,265	,836
QVC_CM19	36,98	,595	,813
QVC_CM20	36,71	,332	,830
QVC_CM21	36,90	,694	,807
QVC_CM22	36,44	,522	,819
QVC_CM23	36,71	,496	,820
QVC_CM24	37,10	,344	,831
QVC_CM25	37,21	,603	,812
QVC_CM26	36,88	,654	,809
QVC_CM27	36,69	,627	,811
QVC_CM28	37,25	,425	,825

Tabela 3.9 – Consistência interna para a dimensão Resolução

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	Nº Itens
,818	,847	14

Tabela 3.9.1 - Estatísticas item-total para a dimensão Resolução

	Média (s/item)	R Item - Total	Alpha Cronbach (s/item)
QVC_CM29	42,47	,333	,814
QVC_CM30	42,43	,464	,808
QVC_CM31	42,39	,643	,796
QVC_CM32	42,73	,416	,809
QVC_CM33	42,37	,662	,795
QVC_CM34	43,02	,414	,811
QVC_CM35	43,22	,461	,806
QVC_CM36	43,53	,278	,823
QVC_CM37	42,53	,606	,798
QVC_CM38	43,49	,209	,829
QVC_CM39	43,06	,545	,799
QVC_CM40	43,31	,440	,808
QVC_CM41	42,73	,604	,796
QVC_CM42	42,25	,614	,803

Anexo 4

Tabela 4.1 - Verificação do pressuposto de normalidade para o QVC-HIS

Tipo de instituição		Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Graus de liberdade	Sig.	Estatística	Graus de liberdade	Sig.
Hist1_total	Casa abrigo	,158	28	,070	,891	28	,007
	Instituições de apoio	,221	23	,005	,831	23	,001
Hist2_total	Casa abrigo	,167	28	,044	,882	28	,004
	Instituições de apoio	,237	23	,002	,818	23	,001
Hist3_total	Casa abrigo	,193	28	,009	,862	28	,002
	Instituições de apoio	,264	23	,000	,810	23	,001
Hist_total	Casa abrigo	,126	28	,200*	,920	28	,035
	Instituições de apoio	,236	23	,002	,814	23	,001

Tabela 4.2 - Verificação do pressuposto de normalidade para o ECVC

Tipo de instituição		Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Graus de liberdade	Sig.	Estatística	Graus de liberdade	Sig.
ECVC_TOTAL	Casa abrigo	,209	29	,002	,850	29	,001
	Instituições de apoio	,165	23	,103	,883	23	,012

Tabela 4.3 - Verificação do pressuposto de normalidade para o QVC-CMR

Tipo de instituição		Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Graus de liberdade	Sig.	Estatística	Graus de liberdade	Sig.
CMR1_total	Casa abrigo	,095	29	,200*	,973	29	,650
	Instituições de apoio	,109	22	,200*	,961	22	,502
CMR2_total	Casa abrigo	,155	29	,072	,923	29	,036
	Instituições de apoio	,160	22	,151	,899	22	,028
CMR3_total	Casa abrigo	,209	29	,002	,784	29	,000
	Instituições de apoio	,169	22	,101	,966	22	,620

Tabela 4.1.1 -Teste de homogeneidade das variâncias para o QVC-HIS

	Estatística de Levene	Graus de liberdade 1	Graus de liberdade 2	Sig.
Hist1_total	5,855	1	51	,019
Hist2_total	,594	1	50	,444
Hist3_total	5,036	1	50	,029
Hist_total	1,602	1	49	,212

Tabela 4.2.1 -Teste de homogeneidade das variâncias para o ECVC Total

Estatística de Levene	Graus de liberdade 1	Graus de liberdade 2	Sig.
,055	1	50	,816

Tabela 4.3.1 -Teste de homogeneidade das variâncias para o QVC-CMR

	Estatística de Levene	Graus de Liberdade 1	Graus de liberdade 2	Sig.
CMR1_TOTAL	,351	1	50	,556
CMR2_TOTAL	,021	1	50	,885
CMR3_TOTAL	,187	1	49	,667

Anexo 5

Tabela 5.1 – Estatística descritiva dos resultados no ECVC total

Casa abrigo	Média	1,5766
	Desvio Padrão	,48821
	Mínimo	1,00
	Máximo	2,92
Instituições de apoio	Média	1,5078
	Desvio Padrão	,46996
	Mínimo	1,00
	Máximo	2,88

Tabela 5.2 – Resultados médios no QVC-CMR: causas

Tipo de instituição		N	Média
Casa abrigo	QVC_CM1	29	2,38
	QVC_CM2	29	2,14
	QVC_CM3	29	2,03
	QVC_CM4	29	2,31
	QVC_CM5	29	1,76
	QVC_CM6	29	2,24
	QVC_CM7	29	2,41
	QVC_CM8	29	2,31
	QVC_CM9	29	1,62
	QVC_CM10	29	2,31
	QVC_CM11	29	2,55
	QVC_CM12	29	2,17
	QVC_CM13	29	1,97
	QVC_CM14	29	1,79
Instituições de apoio	QVC_CM1	25	2,48
	QVC_CM2	25	2,24
	QVC_CM3	25	2,20
	QVC_CM4	25	2,32
	QVC_CM5	25	2,24
	QVC_CM6	25	2,08
	QVC_CM7	25	2,48
	QVC_CM8	25	2,04
	QVC_CM9	25	2,00
	QVC_CM10	25	2,12
	QVC_CM11	25	2,96
	QVC_CM12	25	2,56
	QVC_CM13	25	2,16
	QVC_CM14	25	1,84

Tabela 5.3 – Resultados médios no QVC-CMR: Manutenção

Tipo de instituição		N	Média
Casa abrigo	QVC_CM15	29	3,28
	QVC_CM16	29	3,10
	QVC_CM17	29	2,48
	QVC_CM18	29	2,21
	QVC_CM19	29	2,72
	QVC_CM20	29	3,21
	QVC_CM21	29	2,83
	QVC_CM22	29	3,31
	QVC_CM23	29	3,17
	QVC_CM24	29	2,62
	QVC_CM25	29	2,45
	QVC_CM26	29	2,93
	QVC_CM27	29	3,17
	QVC_CM28	29	2,52
Instituições de apoio	QVC_CM15	25	3,40
	QVC_CM16	25	2,80
	QVC_CM17	25	2,84
	QVC_CM18	25	3,00
	QVC_CM19	25	2,72
	QVC_CM20	25	2,76
	QVC_CM21	25	2,80
	QVC_CM22	25	3,24
	QVC_CM23	25	2,80
	QVC_CM24	25	2,64
	QVC_CM25	25	2,56
	QVC_CM26	25	2,72
	QVC_CM27	25	2,84
	QVC_CM28	25	2,48

Tabela 5.4 – Resultados médios no QVC-CMR: Resolução

Tipo de instituição		N	Média
Casa abrigo	QVC_CMR29	29	3,72
	QVC_CMR30	29	3,69
	QVC_CMR31	29	3,66
	QVC_CMR32	29	3,48
	QVC_CMR33	29	3,79
	QVC_CMR34	29	3,10
	QVC_CMR35	29	2,72
	QVC_CMR36	29	2,41
	QVC_CMR37	29	3,55
	QVC_CMR38	29	2,76
	QVC_CMR39	29	2,97
	QVC_CMR40	29	2,83
	QVC_CMR41	29	3,41
	QVC_CMR42	29	3,79
Instituições de apoio	QVC_CMR29	25	3,44
	QVC_CMR30	25	3,64
	QVC_CMR31	25	3,72
	QVC_CMR32	25	3,16
	QVC_CMR33	25	3,68
	QVC_CMR34	25	3,08
	QVC_CMR35	25	3,12
	QVC_CMR36	25	2,84
	QVC_CMR37	25	3,60
	QVC_CMR38	25	2,56
	QVC_CMR39	25	3,20
	QVC_CMR40	25	2,84
	QVC_CMR41	25	3,36
	QVC_CMR42	25	3,88

Anexo 6

Tabela 6.1 – Correlação *Rho de Spearman* entre a variável “idade” e as sub-amostras QVC-HIS e ECVC

Tipo de Instituição		Idade da vítima	
Casa -Abrigo	Hist_tot_1	Coeficiente de correlação	0,121
		Sig. (2-tailed)	0,538
		N	28
	Hist_tot_2	Coeficiente de correlação	-0,169
		Sig. (2-tailed)	0,4
N		27	
Hist_tot_3	Coeficiente de correlação	-0,039	
	Sig. (2-tailed)	0,844	
	N	28	
Instituições de apoio à vítima	Hist_tot	Coeficiente de correlação	-0,073
		Sig. (2-tailed)	0,717
		N	27
	ECVC_tot	Coeficiente de correlação	0,074
		Sig. (2-tailed)	0,709
N		28	
Instituições de apoio à vítima	Hist_tot_1	Coeficiente de correlação	,535**
		Sig. (2-tailed)	0,007
		N	24
	Hist_tot_2	Coeficiente de correlação	,598**
		Sig. (2-tailed)	0,002
N		24	
Hist_tot_3	Coeficiente de correlação	,415*	
	Sig. (2-tailed)	0,049	
	N	23	
Instituições de apoio à vítima	Hist_tot	Coeficiente de correlação	,562**
		Sig. (2-tailed)	0,005
		N	23
	ECVC_tot	Coeficiente de correlação	0,33
		Sig. (2-tailed)	0,125
N		23	

Tabela 6.2 - Estado civil da vítima e respostas ao QVC-HIS e ECVC (qui-quadrado)

Tipo de instituição		Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Casa abrigo	Chi-Square	,782	1,094	,387	,742	1,453
	df	2	2	2	2	2
	Asymp. Sig.	,676	,579	,824	,690	,484
Instituições de apoio	Chi-Square	1,741	4,244	,862	1,431	1,491
	df	2	2	2	2	2
	Asymp. Sig.	,419	,120	,650	,489	,475

Tabela 6.3 - Duração das agressões e respostas ao QVC-HIS e ECVC (qui-quadrado)

Tipo de instituição		Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Casa abrigo	Chi-Square	,027	,076	1,566	,167	,895
	df	1	1	1	1	1
	Asymp. Sig.	,869	,783	,211	,683	,344
Instituições de apoio	Chi-Square	3,589	4,307	3,958	2,774	4,912
	df	4	4	4	4	4
	Asymp. Sig.	,465	,366	,412	,596	,296

Tabela 6.4 – Nível socio-económico e respostas ao QVC-HIS e ECVC (qui-quadrado)

Tipo de instituição		Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Casa abrigo	Chi-Square	,035	,000	,711	,009	,054
	df	1	1	1	1	1
	Asymp. Sig.	,852	1,000	,399	,923	,816
Instituições de apoio	Chi-Square	1,598	1,499	1,831	1,034	3,801
	df	2	2	2	2	2
	Asymp. Sig.	,450	,473	,400	,596	,150

Tabela 6.5 - Escolaridade da vítima e respostas ao QVC-HIS e ECVC (qui-quadrado)

Tipo de instituição		Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Casa abrigo	Chi-Square	7,620	2,424	2,141	3,330	12,645
	df	5	5	5	5	5
	Asymp. Sig.	,178	,788	,829	,649	,027
Instituições de apoio	Chi-Square	7,616	7,233	5,129	5,618	5,366
	df	5	5	5	5	5
	Asymp. Sig.	,179	,204	,400	,345	,373

Tabela 6.6 – Elemento formulador da queixa e respostas ao QVC-HIS e ECVC (qui-quadrado)

Tipo de instituição		Hist_tot_1	Hist_tot_2	Hist_tot_3	Hist_tot	ECVC_Tot
Casa abrigo	Chi-Square	8,109	10,192	4,680	10,668	3,946
	df	4	4	4	4	4
	Asymp. Sig.	,088	,037	,322	,031	,413
Instituições de apoio	Chi-Square	6,219	3,556	6,228	6,639	5,600
	df	4	4	4	4	4
	Asymp. Sig.	,183	,469	,183	,156	,231